

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-12-2023.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, foi realizada a chamada para a vigésima sétima Sessão Extraordinária, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Claudio Janta, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro e Roberto Robaina. Hamilton Sossmeier, presidindo, entregou placa comemorativa aos 250 anos da Câmara a Engº Comassetto. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Biga Pereira. Às quinze horas e treze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 543/23 (Processo nº 0916/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mari Pimentel, solicitando alteração na ordem de apreciação de Emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23 (Processo nº 1100/23). Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim e Mari Pimentel. Foi rejeitada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 634, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Mari Pimentel. Foi aprovada a Subemenda nº 02 à Emenda nº 634 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23. Foi rejeitada a Emenda nº 323 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Biga Pereira, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim e Engº Comassetto, por treze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi registrada a intenção de Jonas Reis em votar favoravelmente à Emenda nº 323 aposta ao Projeto de

Lei do Executivo nº 035/23. Foi realizado um minuto de silêncio, solicitado por Moisés Maluco do Bem, em homenagem póstuma a Osvaldo da Silva Oliveira. Foi rejeitada a Emenda nº 324 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Biga Pereira, por doze votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi rejeitada a Emenda nº 327 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Biga Pereira, por dez votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi rejeitada a Emenda nº 328 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Biga Pereira e Fran Rodrigues, por onze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 599, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, encaminhada à votação por Giovani Culau e Coletivo e Prof. Alex Fraga, por treze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo e Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 603, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, por doze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Giovani Culau e Coletivo, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo e Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e tendo

votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 607, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, por onze votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação solicitada por Cláudia Araújo e Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e tendo votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Matheus Xavier, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Foi rejeitada a Emenda nº 865, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Mari Pimentel, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga, Mauro Pinheiro e Aldacir Oliboni, por doze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e tendo votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi rejeitada a Emenda nº 866, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Mari Pimentel, Cláudia Araújo, Engº Comassetto e Prof. Alex Fraga, por onze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e tendo votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi rejeitada a Emenda nº 867, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Mari Pimentel, Roberto Robaina, Biga Pereira e Cassiá Carpes, por treze votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e tendo votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi rejeitada a Emenda nº 868, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, após ser encaminhada à votação por Mari Pimentel por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por

Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e tendo votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi registrada a intenção de Comandante Nádia em ter votado contrariamente à Emenda nº 868, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23. Foi rejeitada a Emenda nº 869, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23 após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e tendo votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/23, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim e Mari Pimentel, com as seguintes Emendas e Subemendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas: nºs 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 422, 423,

424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 603, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 626, 627, 628, 629, 630, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 672, 673, 674, 679, 680, 682, 683, 688, 689, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 862, 864, 865, 866, 867, 868 e 869, e das Subemendas nº 1 à Emenda 9, 1 à Emenda 10, 2 à Emenda 11, 1 à Emenda 12, 2 à Emenda 13, 1 à Emenda 14, 1 à Emenda 17, 2 à Emenda 18, 1 à Emenda 20, 1 à Emenda 21, 1 à Emenda 22, 1 à Emenda 23, 1 à Emenda 39, 1 à Emenda 40, 1 à Emenda 47, 2 à Emenda 49, 1 à Emenda 52, 1 à Emenda 53, 1 à Emenda 61, 1 à Emenda 70, 1 à Emenda 74, 1 à Emenda 78, 1 à Emenda 96, 1 à Emenda 108, 2 à Emenda 117, 1 à Emenda 120, 1 à Emenda 133, 4 à Emenda 136, 2 à Emenda 142, 1 à Emenda 184, 1 à Emenda 185, 2 à Emenda 194, 1 à Emenda 201, 1 à Emenda 206, 1 à Emenda 214, 2 à Emenda 234, 1 à Emenda 241, 5 à Emenda 242, 2 à Emenda 254, 1 à Emenda 257, 1 à Emenda 273, 1 à Emenda 294, 1 à Emenda 295, 1 à Emenda 306, 1 à Emenda 327, 1 à Emenda 338, 1 à Emenda 354, 2 à Emenda 365, 1 à Emenda 377, 2 à Emenda 384, 1 à Emenda 390, 1 à Emenda 393, 1 à Emenda 394, 2 à Emenda 397, 1 à Emenda 402, 1 à Emenda 403, 1 à Emenda 404, 1 à Emenda 405, 1 à Emenda 437, 1 à Emenda 449, 1 à Emenda 468, 1 à Emenda 481, 1 à Emenda 486, 1 à Emenda 493, 1 à Emenda 496, 1 à Emenda 518, 1 à Emenda 522, 2 à Emenda 524, 1 à Emenda 529, 1 à Emenda 531, 1 à Emenda 542, 3 à Emenda 558, 1 à Emenda 563, 1 à Emenda 572, 1 à Emenda 582, 1 à Emenda 587, 1 à Emenda 593, 1 à Emenda 634, 1 à Emenda 640, 1 à Emenda 643, 1 à Emenda 666, 1 à Emenda 688, 1 à Emenda 704, 1 à Emenda 705, 1 à Emenda 706, 1 à Emenda 728, 1 à Emenda 732, 1 à Emenda 744, 1 à Emenda 746, 1 à Emenda 749, 1 à Emenda 776, 1 à Emenda 777, 1 à Emenda 779, 1 à Emenda 781, 1 e 2 à Emenda 822, 1 à Emenda 835, 1 à Emenda 836, 1 à Emenda 838, 1

à Emenda 843, 1 à Emenda 845, 1 à Emenda 846, 1 à Emenda 847, 1 e 2 à Emenda 848, 1 à Emenda 849, 1 e 2 à Emenda 850, 1 à Emenda 851, 1 à Emenda 852, 1 à Emenda 853, 1 à Emenda 854 e 1 à Emenda 857; por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Xavier, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Adeli Sell apresentou Declaração de Voto ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/23. Foi aprovado Requerimento, de autoria de Idenir Cecchim, solicitando, nos termos do artigo 110, do Regimento, tramitação em regime de urgência para as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/23 (Processo nº 1154/23); Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 025/23 (Processo nº 1194/23); Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 027/23 (Processo nº 1199/23); Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 028/23 (Processo nº 1200/23); Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 030/23 (Processo nº 1271/23); Projeto de Lei do Executivo nº 038/23 (Processo nº 1184/23); e Projeto de Lei do Executivo nº 039/23 (Processo nº 1189/23). Foi deferido por Hamilton Sossmeier, presidindo, Requerimento verbal formulado por Roberto Robaina solicitando a leitura das ementas dos projetos mencionados no Requerimento de Idenir Cecchim. Ainda, Roberto Robaina formulou Requerimento verbal, solicitando a votação individualizada do Requerimento acima. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e dois minutos às dezoito horas e três minutos. Idenir Cecchim comunicou a existência de acordo para retirada do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 028/23 (Processo nº 1200/23) da reunião conjunta de Comissões Permanentes, prevista para ser realizada a seguir. Em votação simbólica, foi novamente aprovado o Requerimento, de Idenir Cecchim, solicitando, nos termos do artigo 110 do Regimento, tramitação em regime de urgência para proposições do Executivo Municipal. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e seis minutos às dezoito horas e sete minutos. Por acordo de Líderes, a Ordem do Dia foi encerrada às dezoito horas e sete minutos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 022, 023, 024, 027, 028 e 030/23. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e oito minutos às dezoito horas e vinte e um minutos, para a realização de reunião conjunta das Comissões Permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Matheus Xavier. Às dezoito horas e vinte e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h42min) Havendo quórum, está aberta a 027ª Sessão Extraordinária Híbrida. Convidamos a Mesa Diretora para fazer a entrega do troféu ao homenageado, Ver. Engº Comassetto.

(Procede-se à entrega do troféu em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu já falei com S. Exa., a Ver.ª Cláudia Araújo, já falei com o Ver. Cecchim, já falei com os vereadores do PT, já falei com todos, aliás, nós já havíamos votado que na terceira sessão, ou seja, o PLL nº 543/23, que não terá discussão, se querem encaminhamento, que seja o primeiro a ser votado. Só estou registrando, o diretor pediu para eu registrar aqui. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registrado, está aprovado. Seguindo nosso programa de homenagem pelos 250 anos da Câmara Municipal, onde todos os vereadores desta 3ª Sessão Legislativa estão recebendo o seu troféu. O nosso homenageado de hoje é o Ver. Engº Comassetto – gostaria que V. Exa. viesse até aqui para receber a sua placa alusiva aos 250 anos. Convidamos o Ver. Aldacir Oliboni para fazer a entrega da placa ao homenageado, Ver. Engº Comassetto.

(Procede-se à entrega da placa em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

Vereador Engº Comassetto (PT): Prezado Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, prezada Mesa Diretora dos 250 anos da Câmara de Vereadores, prezados colegas vereadores e vereadoras aqui presente, todos os que nos assistem, todos aqueles vereadores e vereadoras com quem tive a oportunidade, nestes 19 anos, nesta Câmara, de conviver e debater política da cidade; dizer que esta Câmara já fez muita história na cidade de Porto Alegre e no Parlamento; nos parlamentos municipais brasileiros ela é uma câmara referência, Presidente Hamilton. Então, eu me sinto aqui muito honrado de receber esta placa alusiva aos 250 anos da Câmara de Vereadores, que é uma história escrita por muitas mãos, até nós chegarmos aqui. Certamente, neste momento, esta página está sendo escrita por nós, os 36 vereadores aqui – achei brilhante essa sua ideia e da Mesa de fazer a cápsula do tempo, para que, daqui a 50 anos, quem ainda não for nascido poder ser vereador e abrir a nossa mensagem. Um grande abraço. Muito obrigado a cada um e a cada uma.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Engº Comassetto. Nós queremos chamar os vereadores para uma foto oficial com o Ver. Engº Comassetto, que é o nosso homenageado de hoje. Fazemos isso, porque entendemos ser

muito importante esse registro para aqueles que estão sendo homenageados, pois vão levar isso para a sua vida, para a sua família.

Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h54min) Estão reabertos os trabalhos. Registramos a presença do Dr. Marcos Rovinski, do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERS. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Sossmeier, Presidente desta Casa; colegas vereadoras e vereadores, há duas formas de lembrar o passado para discutir o que se passou e o que se pode fazer efetivamente no presente: uma delas é pelo tempo, pela idade das pessoas. Então, no alto dos meus 70 anos, eu posso falar de coisas que eu vivenciei em Porto Alegre dos anos 1970 até hoje; outras eu posso falar pelos estudos, pela pesquisa, pelo resgate da memória. E é preciso resgatar algumas coisas da história de Porto Alegre.

Hoje, nós encontramos o Centro Histórico infelizmente pilhado de lixo. Não bastasse o coração da cidade manchado, sujo, nós estamos vendo o lixo se espalhando para fora dos contêineres inadequados – inadequados! – nos bairros da cidade. Infelizmente, o histórico de Porto Alegre é muito negativo na questão da limpeza. Em 1820, ou seja, há mais de... Quanto tempo faz isso? Mil oitocentos e vinte; 200 anos! Saint-Hilaire, ao passar aqui, durante mais de um mês, elogiou a cidade, Ver. Ferronato, no entanto demarcou terreno, dizendo que Porto Alegre era uma cidade suja. Outros visitantes nossos, constataram as mesmas coisas, por que será? Eu acho que há um problema cultural na cidade. No início, evidentemente, nós tínhamos as picadas. A Rua Lima Silva era uma picada, e o Ver. Lopo Gonçalves, nesta Casa do Povo, reivindicava a sua arrumação. Os becos do centro foram modificados, e há quem diga que houve um processo de gentrificação, há um debate sobre essa questão. Porto Alegre já teve seu gueto, e alguns dizem que teve, inclusive, seu campo de concentração. A colônia africana, os negros foram colocados no bairro Rio Branco, chamado de colônia africana. O famigerado prefeito, Célio Marques Fernandes, pegou as pessoas, na calada da noite, num caminhão, e jogou as pessoas no barro vermelho, na Restinga, no fim do mundo, há 30 quilômetros daqui, sem transporte coletivo regular. Hoje, passado tanto tempo da gestão famigerada do prefeito – do qual ninguém se lembra, felizmente –, nós estamos vendo novamente o sistema de ônibus se corroendo, se desmanchando, com a privatização da Carris, por uma... Quem comprou essa empresa! Gente, uma empresa de quinta categoria, só não digo que é de fundo de quintal porque não se coloca ônibus em fundo de quintal! Mas é uma mixórdia de uma empresa de uma cidade vizinha. Não tem cabimento, uma história de uma empresa centenária acontecer o que aconteceu. Por isso que eu digo, Pedro Ruas, a gente pode falar do passado para dialogar com o presente por duas

maneiras: uma pelo resgate da memória, pelo estudo, por cuidar das coisas do passado, mas também pela presença que a gente teve ao longo desses anos no cotidiano da cidade. Quando aqui cheguei, fiquei encantado, nos anos 1970, com a Rua da Praia, com *footing* da Rua da Praia. Hoje não tem *footing* na Rua da Praia, está esmigalhado o seu calçamento, ou melhor, aquelas pedras horrorosas que foram colocadas no lugar das magníficas pedras coloridas. A transformação de Porto Alegre é uma transformação ao avesso, o patrimônio histórico e cultural sendo dilapidado, manchado, e este tal de escritório de patrimônio histórico, ambiental e cultural de Porto Alegre é uma excrescência no serviço público. Nós queremos abrir um debate aqui, talvez não dê tempo este ano, eu quero uma comissão especial para visitar o Epahc, para discutir sua estrutura, para discutir o comportamento de quem está lá, porque eles jogam contra o patrimônio histórico e cultural da cidade, uma cidade que teve Theodor Wiederspahn, Fernando Corona, Franz Josef, Lutzenberger como grandes expoentes da arquitetura da nossa cidade. Hoje é uma vergonha, a gente fala disso porque nós resgatamos memória e, outro tanto, porque vivenciamos a cidade no seu cotidiano. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Sossmeier, eu entendo, inclusive, a ansiedade de que a gente entre rapidamente na Ordem do Dia, na medida em que hoje nós temos temas importantes para falar. Vejo aqui nosso pessoal das Ilhas mais uma vez aqui presente na expectativa de ver nossas emendas aprovadas. Sejam muito bem vindos, é muito bom nós tê-los aqui. Nós vamos, logo após este espaço, entrar no debate, na votação do orçamento de Porto Alegre. Para que a gente entenda, quem quiser saber o nível da relevância que um governo dá às demandas, às necessidades da população, precisa observar duas coisas: primeiro, os programas de execução das políticas públicas destinadas a atender as premências da vida da população; segundo, a cobertura financeira do orçamento para a execução desses programas. Então, vamos lá: declarações aqui de intenções bonitas, genéricas não transformam o orçamento em uma peça correspondente com a realidade das pessoas. Antes, vira uma peça de ficção, ou pior, elas confirmam o nível de descompromisso de uma gestão com as carências da maior parte da nossa população. Eu diria ausências substantivas de gestão. O último orçamento da gestão Melo é uma obra de ficção para as reais necessidades na área da saúde, da educação, da habitação, do saneamento, do transporte, do emprego e renda das mulheres jovens, negros, negras, LGBT, das trabalhadoras e dos trabalhadores de Porto Alegre. Nós perguntamos, nós temos vários secretários aqui, o Executivo muito presente neste debate, e eu pergunto: qual é a relevância para as grandes construtoras, para os grandes empresários da cidade que usam do orçamento para alavancar os seus lucros, seus ativos financeiros? O povo que mais precisa do poder público vive as consequências de um esgotamento, de uma ausência de um plano de desenvolvimento para a cidade. Nós perguntamos novamente para o governo Melo: o que é mesmo mais importante a vaga lá

na creche? Abrir mais vagas para as nossas crianças? Termos condição de enfrentar o câncer do qual as mulheres estão morrendo, dia após dia, porque não conseguem exames para diagnosticar logo no início? Ou o mais importante é a publicidade do gabinete do senhor prefeito? O padrão de desenvolvimento implementado pelo prefeito contempla, portanto, uma reconfiguração urbana que amplia as desigualdades, segrega, exclui o direito à cidade por parte da população que mais precisa, exatamente as mulheres. O vídeo está pronto? Por essa razão, não é de nos surpreender que a base do governo, nesta Casa, aponta para rejeitar as emendas que a nossa bancada ofereceu. Nós, eu e o Ver. Giovani, apresentamos várias emendas que dizem respeito exatamente àquilo que a gente enxerga, quando vai lá no bairro, quando vai lá nas ilhas, aquilo que representa a questão das enchentes, a questão das vagas de creches, de condição de saúde com qualidade, com exames, aparelhos para fazer esses exames. Eu convido a todos e todas a verem esse vídeo, que é a realidade hoje infelizmente estampada na TV, nos jornais. É só o áudio?

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A RBS hoje mostrou a manifestação dos moradores, especialmente das moradoras da Ilha das Flores. Por uma atitude burocrática não viram que a enchente alagou todas aquelas casas. “Não, precisa cadastrar, precisa ter vistoria.” Pois bem, a vistoria não chegou e aquelas pessoas não têm onde morar, estão desalojadas, não têm onde dormir, não têm como acolher as crianças, e elas fecharam a BR-290, num apelo, secretário Schirmer, num apelo que nos dói usar esse microfone para dizer: cadê a sensibilidade? Para concluir, Presidente, eu quero dizer que isso não nos surpreende. Infelizmente eu gostaria de ser surpreendida, mas não. Ao ligarmos uma TV, ouvir um rádio, é todo dia, todos os dias esse tipo de notícia. Nós não podemos mais ver a nossa população impedida de viver a cidade, impedida, quando a gente vê – logo mais nós vamos discutir, na reunião conjunta das comissões – uma proposição do governo para ampliar o IPTU para o 4º Distrito, e isentar o IPTU do 4º Distrito para os grandes construtores, e lá nas Ilhas vocês vão pagar o IPTU com o mesmo valor das grandes mansões. Nós não vamos admitir isso! Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h13min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Quero lembrar, novamente, a pedido do grupo que está organizando as comemorações dos 250 anos, sobre a cápsula do tempo. Os vereadores devem, até amanhã, entregar por escrito, à mão, as suas observações para serem colocadas na cápsula do tempo. O Ver. Tiago Albrecht foi o primeiro que fez, inclusive podem colocar uma foto do seu gabinete.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, eu ia dizer exatamente o que V. Exa. acaba de sugerir: nosso gabinete bateu uma foto, imprimimos essa foto e no verso eu deixei uma mensagem dizendo que o nosso gabinete veio para servir a cidade de Porto Alegre. Então os vereadores, de repente, podem fazer o mesmo: bate uma foto do gabinete, assina no verso e põe na cápsula. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Foi uma boa sugestão e, a seu exemplo, a gente sugeriu inclusive na Mesa Diretora para os demais vereadores.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO) (Requerimento): Nós já começamos a votar a LOA?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ainda não, é que tem um requerimento para votar um projeto do Ver. Pedro Ruas.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0916/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 543/23, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que declara como patrimônio histórico e cultural do Município de Porto Alegre o imóvel localizado na Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas, 135, Bairro Bela Vista – Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Maria Thereza da Silveira. **(SEI 207.00030/2023-86)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM. Relator-Geral Ver. Prof. Alex Fraga: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 30-10-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 543/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Parabéns, Ver. Pedro Ruas, pela aprovação do seu projeto.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Presidente, queria só declarar meu voto “não” ao projeto do Ver. Pedro Ruas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro do Ver. Jessé Sangalli, que votou “não”.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1100/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/23, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2024. (SEI 118.00598/2023-13)

Parecer:

- da CEFOR. Relatora Ver^a Mari Pimentel:

“pela APROVAÇÃO do presente projeto e da mensagem retificativa. No que tange às emendas, encaminhamos manifestação para APROVAÇÃO das emendas nº 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526,

527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 603, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 626, 627, 628, 629, 630, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 672, 673, 674, 679, 680, 682, 683, 688, 689, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 862, 864, 865, 866, 867, 868 e 869, e das subemendas nº 1 à emenda 9, 1 à emenda 10, 2 à emenda 11, 1 à emenda 12, 2 à emenda 13, 1 à emenda 14, 1 à emenda 17, 2 à emenda 18, 1 à emenda 20, 1 à emenda 21, 1 à emenda 22, 1 à emenda 23, 1 à emenda 39, 1 à emenda 40, 1 à emenda 47, 2 à emenda 49, 1 à emenda 52, 1 à emenda 53, 1 à emenda 61, 1 à emenda 70, 1 à emenda 74, 1 à emenda 78, 1 à emenda 96, 1 à emenda 108, 2 à emenda 117, 1 à emenda 120, 1 à emenda 133, 4 à emenda 136, 2 à emenda 142, 1 à emenda 184, 1 à emenda 185, 2 à emenda 194, 1 à emenda 201, 1 à emenda 206, 1 à emenda 214, 2 à emenda 234, 1 à emenda 241, 5 à emenda 242, 2 à emenda 254, 1 à emenda 257, 1 à emenda 273, 1 à emenda 294, 1 à emenda 295, 1 à emenda 306, 1 à emenda 327, 1 à emenda 338, 1 à emenda 354, 2 à emenda 365, 1 à emenda 377, 2 à emenda 384, 1 à emenda 390, 1 à emenda 393, 1 à emenda 394, 2 à emenda 397, 1 à emenda 402, 1 à emenda 403, 1 à emenda 404, 1 à emenda 405, 1 à emenda 437, 1 à emenda 449, 1 à emenda 468, 1 à emenda 481, 1 à emenda 486, 1 à emenda 493, 1 à emenda 496, 1 à emenda 518, 1 à emenda 522, 2 à emenda 524, 1 à emenda 529, 1 à emenda 531, 1 à emenda 542, 3 à emenda 558, 1 à emenda 563, 1 à emenda 572, 1 à emenda 582, 1 à emenda 587, 1 à emenda 593, 1 à emenda 634, 1 à emenda 640, 1 à emenda 643, 1 à emenda 666, 1 à emenda 688, 1 à emenda 704, 1 à emenda 705, 1 à emenda 706, 1 à emenda 728, 1 à emenda 732, 1 à emenda 744, 1 à emenda 746, 1 à emenda 749, 1 à emenda 776, 1 à emenda 777, 1 à emenda 779, 1 à emenda 781, 1 e 2 à emenda 822, 1 à emenda 835, 1 à emenda 836, 1 à emenda 838, 1 à emenda 843, 1 à emenda 845, 1 à emenda 846, 1 à emenda 847, 1 e 2 à emenda 848, 1 à emenda 849, 1 e 2 à emenda 850, 1 à emenda 851, 1 à emenda 852, 1 à emenda 853, 1 à emenda 854 e 1 à emenda 857; e REJEIÇÃO das emendas nº 4, 7, 8, 16, 325, 326, 388, 455, 600, 601, 602, 604, 605, 606, 625, 631, 671, 675, 676, 677, 678, 681, 684, 685, 686, 687, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 730, 738, 858, 859, 860, 861 e 863, e das subemendas nº 1 à emenda 8, 1

e 3 à emenda 11, 1 à emenda 13, 1 à emenda 49, 1 à emenda 117, 1 à emenda 136, 1 à emenda 142, 1 à emenda 234, 2 à emenda 241, 1, 2, 3 e 4 à emenda 242, 1 à emenda 254, 1 à emenda 384, 1 à emenda 397, 1 e 2 à emenda 457, 1 à emenda 524 e 2 à emenda 634, estando todas individualmente justificadas a tomada de decisão, salvo quando prejudicadas.”

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emendas nºs 01 a 05, 07 a 57, 59 a 136, 138 a 273, 275 a 420, 422 a 701, e 703 a 869;
- com Subemendas nº 01 às Emendas nºs 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 21, 22, 23, 39, 40, 47, 49, 52, 53, 61, 70, 74, 78, 96, 108, 117, 120, 133, 136, 142, 184, 185, 201, 206, 214, 234, 241, 242, 254, 257, 273, 294, 295, 306, 327, 338, 354, 377, 384, 390, 393, 394, 397, 402, 403, 404, 405, 437, 449, 457, 468, 481, 486, 493, 496, 518, 522, 524, 529, 531, 542, 563, 572, 582, 587, 593, 634, 640, 643, 666, 688, 704, 705, 706, 728, 732, 744, 746, 749, 776, 777, 779, 781, 822, 835, 836, 838, 843, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854 e 857;
- com Subemendas nº 02 às Emendas nºs 11, 13, 18, 49, 117, 142, 194, 234, 241, 242, 254, 365, 384, 397, 457, 524, 634, 822, 848 e 850;
- com Subemendas nº 03 às Emendas nºs 11, 242 e 558;
- com Subemendas nº 04 às Emendas nºs 136 e 242;
- com Subemenda nº 05 à Emenda nº 242;
- retiradas as Emendas nºs 06, 58, 137, 274, 421 e 702, as Subemendas nº 01 às Emendas nºs 02, 06, 18, 58, 194, 365 e 558, as Subemendas nº 02 às Emendas nºs 136 e 558 e a Subemenda nº 03 à Emenda nº 136;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, caput, e art. 82, caput, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-2023.

Em votação o [PLE nº 035/23](#).

Vereadora Mari Pimentel (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem de apreciação das emendas para que possamos, imediatamente, passar à votação das Subemendas nºs 01 e 02 à Emenda nº 634, ao PLE nº 035/23. E que seja rejeitada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 634, ao PLE nº 035/22 e seja aprovada a Subemenda nº 02 à Emenda nº 634, ao PLE nº 035/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento da Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Subemenda nº 01, à Emenda nº 634, destacada, ao PLE nº 035/22. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Essa orientação, de acordo com o governo, é voto “não”

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Há acordo para rejeitar? (Pausa.) Em votação a Subemenda nº 01, à Emenda nº 634, destacada, ao PLE nº 035/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA.**

Em votação a Subemenda nº 02 à Emenda nº 634, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta aos colegas vereadores para que se faça em bloco todas as emendas impositivas e se vote por unanimidade. As impositivas aprovadas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): As aprovadas serão votadas já regimentalmente em bloco, com o projeto e a mensagem retificativa. O que eventualmente poderia ser feito um bloco é das destacadas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 323, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente, apresento esta emenda e eu faço um apelo aos nobres pares, porque eu diria que a defasagem maior hoje em Porto Alegre e que nos mobiliza são exatamente as nossas crianças. A falta de vagas nas creches, em que Porto Alegre hoje estampa esse déficit gigante, faz com que mulheres estejam fora do mercado de trabalho, porque não tem onde deixar as suas crianças. Eu faço um apelo à base do governo para que trabalhe esta emenda, quando nós sabemos que o déficit de vagas ultrapassa 10 mil, mas a Prefeitura trabalha com um déficit de 6,3 mil. O último dado que nós recebemos pela própria imprensa, que fez a pesquisa junto ao censo escolar, revela que nós precisamos do dobro de vagas, que precisam ser atendidas para contemplar o Plano Nacional de Educação. Dessa forma, é preciso um orçamento que busque solucionar, enfrentando esse problema, razão pela qual a gente apresenta esta emenda para atender as crianças da cidade de Porto Alegre. As crianças necessitam de

creche, de escola de educação infantil, exatamente para liberar parcela significativa da nossa população, que são as mulheres. É isso. E eu espero que o governo indique, aqui, encaminhe a votação positiva nesta emenda em favor das crianças, em favor das nossas famílias. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 323, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero corroborar com o que a Ver.^a Biga disse. Ver.^a Biga, nós vamos votar a favor, o único problema é que a senhora não disse o que o governo vai fazer. É, a senhora criticou antes aqui, mas agora não quis lembrar que o prefeito está tirando R\$ 1 milhão do próprio gabinete do prefeito. Isso a senhora não disse. E nós vamos votar a favor, porque é boa a emenda. E assim vai! Tem quatro emendas de Vossa Excelência. Naturalmente, essas emendas têm que ser analisadas, e são todas da oposição, para que a gente possa, com o líder do governo, ver quais nós vamos votar. Acredito que as emendas são boas, mas temos que conversar. Um abraço. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 323, destacada, ao PLE nº 035/23, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Só para esclarecer a verdade: o governo já tem R\$ 87 milhões para esse item, e não vai ser R\$ 1 milhão de um vereador ou de uma vereadora que vai fazer essa diferença. Isso se chama demagogia, o governo vota contra. Já tem o dinheiro para isso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, Ver. Idenir Cecchim.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Só quero dizer ao nobre líder do governo que não é possível, vereador, que esse valor hoje no orçamento dê conta da defasagem existente. Eu fiz emendas, sim, as nossas emendas impositivas eu destinei, mas é irrisório valor. O fato é que nós temos 12 mil vagas inexistentes, que precisam... Eu estou propondo tirar – tirar! –, Ver. Cecchim, estou fazendo um apelo...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 323, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, ouvi atentamente aqui as três falas que me antecederam, da Ver.^a Biga Pereira, autora da emenda; do Ver. Cassiá e do Ver. Cecchim, e quero dizer o seguinte: talvez esta Casa venha errando ao longo dos anos, Ver. Cezar Schirmer. Por que vem errando ao longo dos anos? Se nós temos aprovado orçamentos, e a educação infantil é de responsabilidade do Município, e hoje nós temos uma lacuna de 11 mil vagas não atendidas é porque, mesmo o orçamento sendo de R\$ 87 milhões, como explicou o líder do governo, não resolve o problema da educação infantil, não atende o problema da educação infantil. Portanto, qualquer contribuição que venha de qualquer um dos 36 vereadores para aportar recurso na educação infantil, o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, votará favoravelmente. Tem a defasagem no Município de Porto Alegre, é isso que nós temos que debater: como resolveremos a defasagem de 11 mil vagas da educação infantil? Como resolveremos, se não for com recurso e com estrutura? Bom, R\$ 1 milhão é pouco dinheiro? Vai resolver? Não vai resolver, mas auxilia? Auxilia; R\$ 1 milhão, com mais R\$ 1 milhão, com mais R\$ 1 milhão, bom, isso vai se somar aos R\$ 87 milhões. Então, eu registro novamente aqui: educação infantil é responsabilidade constitucional do Município, e hoje têm carência de 11 mil vagas na educação infantil. Não é uma, não são duas, são 11 mil mães que têm dificuldade de trabalhar, porque não tem acolhimento na política municipal da educação infantil. Esse é o diálogo, Ver. Cecchim, que eu venho aqui fraternalmente trazer e dizer o seguinte: talvez nós estejamos errando ao longo dos anos, porque, se tem esse acúmulo, ele também vem se acumulando ao longo dos anos. A nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, votará favoravelmente à emenda, em nome do cumprimento constitucional da responsabilidade do Município em relação à educação infantil e para atacar a deficiência das 11 mil vagas que existem, Ver.^a Lourdes Sprenger. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 323, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**. Peço que se registre o voto do Ver. Jonas Reis, que votou “sim”.

Nosso vice-presidente, Ver. Moisés Barboza, por favor.

Vereador Moisés Maluco Do Bem (PSDB) (Requerimento): Presidente, lamento informar que o pastor Osvaldo da Silva Oliveira teve um mal súbito e acabou de perder a vida, na sede da Coniib, a confederação que ele presidia. Era um amigo pessoal. Todos que tiveram, nesta Casa, contato com o pastor Osvaldo foram surpreendidos com essa notícia muito triste, e eu gostaria de solicitar ao Parlamento um minuto de silêncio neste momento difícil para a família do pastor Osvaldo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu me somo a essa homenagem, conheci o Sr. Osvaldo. Não sei qual é o partido que ele estava, mas...

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, quero aqui, em nome do Progressistas, ele era filiado ao Partido Progressistas, iria concorrer à vereador no ano que vem, também trazer aqui os nossos sentimentos pelo passamento. Eu estou chocada ainda. Ele estava conosco jantando no CTG 35 agora, conversou comigo e tudo. Enfim, sentimentos à família e que Deus o tenha.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 324, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras; depois de assistir, inúmeras vezes, vereadores e vereadoras que homenageiam entidades que têm a preocupação com as crianças autistas, com as crianças especiais, e que aqui homenagens foram rendidas, muitos usaram deste microfone para dizer da sua sensibilidade, do seu apoio, ainda esta semana, apoiando entidades importantes que realizam trabalhos importantes na cidade para atender as crianças especiais, o que nós observamos nas escolas, quando as visitamos, é que falta monitoria para atender as crianças especiais, falta sala equipada, falta, portanto, um atendimento qualificado a essas crianças. Por vezes, por falta de recursos humanos, as crianças são convidadas a saírem mais cedo da escola, a irem embora porque a escola não tem como atender, e a mãe tem que sair do seu emprego para atender os seus filhos. Portanto, nós, aqui, quando apresentamos essa demanda da educação especial, que é uma demanda antiga, ela deve ser de verdade priorizada no nosso orçamento. Nós temos 4 mil alunos especiais na cidade de Porto Alegre, nós fizemos aqui a discussão sobre a contratação de monitores, foi pauta durante todo este ano, objeto, inclusive, de uma ação civil pública movida ainda em março pela Defensoria Pública. A medida decorreu de relatos de famílias com filhos matriculados na rede pública municipal, que confirmam a ausência de profissionais e de apoio para atender a esses estudantes. Portanto, é essa a razão pela qual eu apresento esta emenda, e diferente da das creches, aqui eu peço coerência; aqui eu peço coerência para todos e todas parlamentares que usaram destes microfones, e eu quero crer que nenhuma foi demagogia em dizer às entidades que pudessem contar com o seu apoio, que podiam contar porque esta Casa sabia da realidade de mais de 4 mil alunos com necessidades de monitoria, de sala com equipamentos e recursos para o atendimento dessas crianças. Agora é a hora de nós vermos quem de verdade vem aqui mostrar a sua preocupação e faz uma destinação justa, e de novo eu pergunto: o que é mais importante, se é a publicidade do gabinete do senhor prefeito, que é importante, obviamente, mas não neste valor que está aqui apresentado,

ou que se possa tirar deste valor somente R\$ 1 milhão para atender as crianças especiais de Porto Alegre? É isso, muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 324, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 327, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) A Ver. Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação a matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente. Como eu falei no meu espaço de liderança, é triste nós vermos que o Rio Grande do Sul amarga o primeiro lugar em morte por câncer de mama. Ao perguntar ao secretário da saúde, à Vivi, que nos acompanha aqui, eles inclusive indicaram: “Por favor, façam emendas. Façam emendas para tratar, porque nós não temos condições hoje de atender às mulheres para fazer os exames das mamas, exame bilateral”. E é esse exclusivamente o diagnóstico do problema. Quando vai se detectar, o câncer já está avançado e nós estamos perdendo nossas mulheres para o câncer ginecológico, para o câncer de mama. Faço essa emenda, apresento essa emenda para atender a mais da metade da população da nossa capital, as mulheres. Dessa forma, julgo imprescindível que tenhamos políticas públicas que atendam às mulheres em todas as faixas da sua vida, desde criança até a idade adulta maior. O IBGE nos diz, Fran, que as mulheres negras especialmente são as mais acometidas. Não é possível que a gente assista a isso, bata no peito e diga: “Esta Casa será responsável também pelas morte das mulheres”. Não é possível que publicidade do gabinete do prefeito seja maior do que a gente olhar pela vida das mulheres. Quem nos assiste pela TVCâmara ou quem nos assiste aqui, nas galerias, viu duas emendas minhas, uma dirigida às crianças, sobre vaga de creche, e a outra destinada às crianças especiais, ambas rejeitadas. Agora, nós vamos votar sobre a questão da saúde da mulher, e eu imagino o resultado dessa votação, porque eu conheço este governo, porque eu sei a quem ele está a serviço. Eu já não apelo mais para nenhuma sensibilidade. Eu sei que muitas das vereadoras – mulheres, inclusive – votarão para que essa emenda não seja aprovada. Não me surpreende, não tenho nenhuma ilusão com este governo. Nós, que aprovamos na LOA, que estamos aqui, que aprovamos no PPA esse debate, sabemos que a maioria dos usuários do SUS são mulheres, a esmagadora maioria são mulheres. Nós nascemos doentes, nós temos que carregar essa pecha? Não, não, não é possível, por isso eu defendo aqui a aprovação de que recursos sejam acrescidos à vida das mulheres. Simples assim. É de vidas que nós estamos falando, não é de publicidade; é de vidas! Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelas vereadoras Cláudia Araújo e Comandante Nádia, a Emenda nº 327, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 328/23, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PERERA (PCdoB): Mais uma vez, subo a esta tribuna na defesa das nossas mulheres. Devo dizer que esta Casa já aprovou um projeto de lei que ajuda as nossas meninas, dá dignidade menstrual. Vocês sabem que hoje, depois de aprovado, esse projeto nunca chegou às nossas meninas, nem nos postos de saúde, nem nas escolas? Eu suponho que ele não chegou por falta de recursos. Eu quero crer que esse é o motivo. Muito bem. Se não tem recursos, então nós estamos propondo uma emenda singela de R\$ 200 mil – que não é grande coisa. Vocês sabiam que, a cada quatro meninas ou pessoas que menstruam, uma delas deixa de frequentar a escola porque não tem acesso aos absorventes? A pobreza menstrual é um problema no Brasil. Tu negares esse direito às crianças, às meninas, às adolescentes a frequentarem a escola ou irem à escola protegidas com papelão, com cascas de legumes... Isso não sou eu que estou dizendo. Portanto, ao aqui nós apresentarmos essa emenda tão singela, considerando que não há previsão orçamentária para o tema, nós apresentamos, portanto, para o poder público – que é o seu dever – pautar esse assunto, que, repito, já foi aprovado nesta Casa. Eu quero crer que a desigualdade que nós precisamos superar e combater passa pelo enfrentamento de darmos dignidade às pessoas que menstruam, efetivamente, as meninas em idade escolar. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 328, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde aos vereadores e vereadoras da Casa; boa tarde ao Presidente que conduz mais esta sessão. Eu não poderia deixar de subir a esta tribuna para falar sobre essa emenda, que é um tema tão importante e um tema que é um problema ainda na nossa sociedade, principalmente para as mulheres. Mulheres estas sem questão de viés político, todas as mulheres na nossa sociedade que são da classe mais baixa da nossa população já sofreram algum dia por conta do tema da pobreza menstrual. Eu subo na tribuna para pedir, encarecidamente, para os vereadores homens, mas também para as vereadoras mulheres, para que hoje a gente vote “sim” a essa emenda, uma emenda importante. Muitas meninas faltam à escola, vereadoras que me escutam, pois não têm absorvente para ir para escola e sofrem com o constrangimento. Então eu acredito que é papel desta Casa, sim, debater o investimento para o combate à pobreza menstrual. Hoje a gente está debatendo um tema que há muito tempo é trazido na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa. Eu conversei com um vereador da base do governo Melo – digo isso porque eu frequento o posto de saúde, não sei se todo mundo aqui se utiliza da saúde pública –, dizendo que no posto de saúde não tem distribuição de absorventes. Nas escolas, nós precisamos fazer com que isso avance para que as nossas meninas não sofram, ou as pessoas que menstruam não sofram constrangimento. Nós, da

bancada do PSOL, por óbvio, vamos votar “sim” a essa emenda; quero parabenizar a Ver.^a Biga por esta proposta. Peço aos outros vereadores para que encaminhem esta emenda e votem “sim”, pois é dignidade para as nossas mulheres. Mais uma vez, nós estamos subindo na tribuna e debatendo o tema de dignidade na vida das nossas mulheres, e, para isso, peço, então, encarecidamente o olhar de empatia dos vereadores da Casa para que votem a favor desta emenda, porque, senão, depois nós vamos ter que responder para o povo por que nós não queremos dar dignidade menstrual para nossas mulheres, pois não têm chegado absorvente para a nossa população mais pobre. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Quero registrar que a Subemenda nº 01 à Emenda nº 327 restou prejudicada em razão da rejeição da referida emenda por se tratar de proposição acessória à Emenda nº 327.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo e pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 328, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente, é importante registrar aqui que as minhas colegas que estão, assim como eu, votando contra é por uma simples razão: já existe o projeto que foi sancionado como lei do Executivo para esse programa de distribuir absorventes descartáveis às alunas das escolas municipais. Esse é o motivo de as vereadoras da base do governo votarem contra. O meu voto é “não”.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Eu solicito que esta Casa cumpra com o seu dever de uma lei que já foi homologada há um ano e não tem um centavo nesse orçamento para dar dignidade menstrual às pessoas que menstruam! Zero está no orçamento, eu propus duzentos, simplesmente! Assumam o ônus, assumam esse ônus!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 599, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Incentivado, Presidente, pelo teu estímulo de uso do direito de encaminhamento, quero produzir um diálogo com os vereadores e vereadoras, com todos e todas da base do governo, da oposição, os vereadores que se reivindicam independentes. Ver.^a Fran, muitas vezes, enquanto esta Casa esteve reunida, Porto Alegre esteve literalmente embaixo d’água. Sei que a Ver.^a Cláudia, a Ver.^a Mônica, o Ver. Conceição, Cassiá, Airto Ferronato, Tiago Albrecht, todos e todas acompanharam isso de perto nas suas bases eleitorais, e, muitas vezes, os vereadores do Republicanos, todas as bancadas, a Ver.^a Nádia, a Ver.^a Fernanda, esta Casa se posicionou em solidariedade às vítimas dos eventos climáticos, Ver.^a Biga.

Mas, mais do que solidariedade, talvez, o que a cidade de Porto Alegre espere desta Casa Legislativa é política pública concreta. Nós tivemos, neste ano, por duas vezes a marca batida de cheias na nossa cidade, alagamentos que tomaram conta da casa das pessoas que, muitas vezes, perdem tudo aquilo que conquistaram com muito suor nas suas vidas. Nós tínhamos mais uma vez, no dia de hoje aqui, moradores e moradoras das ilhas. E por que eu falo tudo isso? Porque, Ver. Ferronato, eu me surpreendi quando olhei para o Orçamento e vi que apenas R\$ 4 mil estavam previstos para a qualificação do sistema de enfrentamento às cheias – R\$ 4 mil. É apenas o registro da rubrica. Eu sei que sou um vereador de oposição, me orgulho muito disso, mas eu gostaria de saber da base do governo qual é o argumento para rejeitar a emenda que aumenta em 750 vezes esse valor. Muitas vezes vi, Ver.^a Mônica, subirem aqui e dizerem que a emenda não era razoável porque retirava recurso da publicidade do governo. Pois bem, eu produzi uma emenda que não retira da publicidade do governo, que desloca do DMAE para o próprio DMAE recursos que ampliam, volto a dizer, em 750 vezes o valor previsto para qualificar o sistema de prevenção às cheias, e ainda assim mantém em meio milhão os recursos previstos no DMAE para publicidade. O mesmo valor, diga-se de passagem, previsto para a SMED, que é uma secretaria robusta do Município.

Eu sei que os vereadores e vereadoras desta Casa sabem que as comportas do muro da Mauá precisam de qualificação, que as casas de bombas, nesta cidade, precisam de qualificação. Alguém aqui tem dúvida de que eventos climáticos extremos seguirão acontecendo em Porto Alegre? Se alguém tem dúvida, é porque segue aderindo ao negacionismo científico e ambiental que nos mostra e faz com que sintamos na pele as consequências das mudanças climáticas. É por não ter dúvida de que eventos climáticos extremos seguirão acontecendo, é por não ter dúvida de que é uma necessidade de Porto Alegre fortalecer o seu sistema de prevenção às cheias, que é inadmissível que o orçamento preveja apenas R\$ 4 mil para a qualificação do nosso sistema.

Por isso que a nossa proposta, Ver.^a Biga, da nossa bancada, é de que nós ampliemos esse valor para pelo menos R\$ 300 mil. Isso é 20%, um reforço em 20% daquilo que o governo está apontando que poderá utilizar das suas reservas de contingência. Então, um valor significativo.

Volto a dizer, para concluir, Presidente, esta Casa aqui, inúmeras vezes, se manifestou em solidariedade, agora está convocada a demonstrar no seu voto se tem compromisso efetivo para dar condições de vida mais digna para o povo desta cidade, que não aguenta mais sofrer com alagamento que, volto a dizer, quando chegam, tiram das pessoas aquilo que elas conquistaram com muito suor ao longo de uma vida toda. Por isso que eu peço o voto “sim” na Emenda nº 599. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 599, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, inicialmente gostaria de agradecer aos meus colegas de bancada por poder representar o nosso partido, o PSOL, na utilização deste período de encaminhamento da Emenda nº 599 ao orçamento; agradeço ao nosso líder, Ver. Pedro Ruas, e aos meus colegas Roberto Robaina e Fran Rodrigues.

Senhoras e senhores, nós, do PSOL, fazemos parte do bloco de oposição. Como oposição, apontamos equívocos que julgamos estarem sendo cometidos pela gestão atual no Município de Porto Alegre, e a nossa tarefa, dentro da lei orçamentária, é realocar recursos para áreas que são sensíveis à nossa população. A minha fala vai na complementação da fala do autor dessa emenda, o Ver. Giovani, que me antecedeu, mas eu destaco algumas coisas. Existem vários vereadores e vereadoras que fazem parte da base governista e que atuam com comunidades que foram significativamente impactadas com as últimas cheias. O Ver. Conselheiro Marcelo atua no 4º Distrito, exatamente onde se rompeu a comporta nº 13. O portão do 4º Distrito não conseguiu resistir à cheia, e esse portão estava há décadas parado, ele não tinha manutenção e cedeu à pressão e à força das águas. Eu gostaria de saber qual vai ser a votação, o voto dos vereadores que atuam no 4º Distrito? O Ver. Ramiro Rosário, o Ver. Conselheiro Marcelo? É inadmissível – inadmissível! – que a Prefeitura não se atente e desloque recursos substanciais para contornar esse problema; quantos outros portões, quantas outras comportas poderão se romper se não têm a necessária manutenção? O Ver. Giovani apontou as casas de bombas, boa parte delas não apresentam geradores. Falta luz, como frequentemente acontece em eventos climáticos severos, e a casa de bombas para de funcionar justamente no momento em que ela é necessária. É necessário que nós tenhamos geradores em todas as casas de bombas; os portões precisam de manutenção, precisam ser vistoriados. Os R\$ 4 mil não custeiam nem solda elétrica para eventuais obstruções de furos. Portanto, senhoras e senhores, eu acredito que R\$ 300 mil ainda é pouco. E vamos ter atenção porque os eventos climáticos, que muitos negaram até o momento, continuarão, e talvez alguns com maiores intensidades. Eu quero pensar que Porto Alegre não vai vivenciar novamente os momentos trágicos que passamos neste ano, mas a cidade precisa estar preparada. E como vamos nos preparar, sem aporte de recursos municipais? É inadmissível! A população que sofreu, que perdeu absolutamente tudo; que teve comprometidos negócios, residências, postos de emprego, tudo isso está em jogo. Mas, pelo que se desenha nas votações anteriores, parece-me que a base governista está sólida, compacta, coesa em rejeitar todas as emendas que foram propostas por vereadores e vereadoras que têm uma visão um pouco diferente de cidade. Nós pensamos que é responsabilidade, sim, do Poder Executivo, da Prefeitura, das secretarias, do DMAE prever, antecipar esses problemas e atuar de forma preventiva, profilática justamente para que eles não recorram, e que as pessoas não sofram mais. Essa noção de responsabilidade nos faz votar favoravelmente à emenda proposta pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo. Agradeço a atenção de todos e todas, e esperamos a aprovação desta emenda.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo e pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 599, destacada, ao PLE nº 035/23. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 603, destacada, ao PLE nº 035/23. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Evidente que subo, mais uma vez, à tribuna bastante pessimista. A Câmara de Porto Alegre acaba de rejeitar uma emenda que aumentava em 750 vezes o valor previsto para a melhoria do sistema de enfrentamento às cheias. Isso significa dizer que não há espaço, nesta Câmara, para o debate de mérito, o debate de conteúdo. Existe uma orientação dada pelo Executivo Municipal para que esta Câmara não formule, para que esta Câmara não cumpra o seu papel. A Câmara não pode debater, não pode formular, não pode alterar uma lei ordinária, como é o orçamento. Sequer as emendas da base do governo são respeitadas; que se dirá das emendas das minorias políticas? Isso já seria o suficiente para que eu fosse pessimista do resultado desta emenda que neste momento discuto, que é uma emenda, vejam, que busca não só assegurar recursos, mas a garantia de um programa para a população LGBTQIA+ desta cidade – diga-se de passagem: a capital deste País com o mais elevado percentual de parte da sua população que se reconhece enquanto pertencente à população LGBTQIA+. Porto Alegre é essa cidade. Mas essa cidade, sob a gestão de Melo, não é capaz de ter uma política pública sequer que atenda a uma população que tem dificuldade de acesso ao sistema de saúde, que é uma população que sofre com elevadas taxas de evasão e é uma população – por mais que muitas vezes relativizado este debate aqui no plenário – altamente vítima de violência, uma população que vê, muitas vezes, a violência acontecer dentro do próprio ambiente familiar, dentro da própria casa. Então, vejam, colegas, nobres colegas, vereadores e vereadores, esta Câmara aprovou no PPA, Ver.^a Fran, a necessidade da construção de casas de acolhimento para a população LGBTQIA+. Esta Câmara aprovou na LDO a necessidade de casas de acolhimento para a população LGBTQIA+. Mas esta Casa, se não aprovar esta emenda, opta por rasgar o PPA que ela mesma aprovou, por rasgar a LDO que ela mesma aprovou. Esta emenda garante recursos para que essa população altamente vulnerabilizada tenha direito a pelo menos uma política pública no Município: uma casa de acolhimento para quem é vítima de violência, para quem não tem o ambiente familiar e o ambiente da sua casa para se proteger, que o poder público municipal garanta um espaço de acolhimento. Não sei se é de conhecimento de todos os vereadores e de todas as vereadoras, mas o que Porto Alegre pensa em investir para a população LGBTQIA+ é apenas R\$ 150 mil – isso é pouco mais de R\$ 10 mil por mês. E todo mundo aqui sabe que isso não é reflexo de compromisso efetivo, sincero com uma pauta tão importante, para uma população tão vulnerabilizada. Por isso que peço o apoio, apesar de pessimista que sou, porque acho que já se demonstraram nas votações até aqui que o Executivo impôs que esta Casa não possa refletir, não possa corrigir o

orçamento, tampouco apontar um rumo para o orçamento que seja mais comprometido com as pessoas que mais precisam nesta cidade. Era isso, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 603, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo e pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 607, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 865, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Hamilton Sossmeier, público que nos acompanha aqui nas galerias e na TVCâmara. Esta é uma emenda que foi construída de maneira coletiva com os vereadores que compõem a CEFOR e que compõem a CECE, vereadores que carregam na natureza do seu mandato também a educação. É uma emenda que traz uma demanda da sociedade, uma demanda da educação da nossa cidade, uma demanda da nossa rede parceirizada. A rede em que muitos dos vereadores estão nas suas comunidades, estão no dia a dia. A rede que vocês frequentam, que eu frequento. A rede que acolhe 80% das nossas crianças, do público do Município. Nessa rede, diferente da rede municipal, a remuneração do professor é de R\$ 1,9 mil, ou seja, nós não remuneramos de acordo com a categoria do professor, nós remuneramos como técnico. O que gera um passivo para cada uma das instituições e ONGs que nós, vereadores, apoiamos; e que estaremos, no final deste ano, fazendo festas de final de ano, dando brinquedos para as crianças. Mas o maior benefício que nós podemos dar a essas crianças é votar favorável a esta emenda, é votar favorável a existir professores sendo remunerados como professores na rede parceirizada, e não professores remunerados como as tias de um antigo “cuida-se”, que não é mais sobre isso que é a educação infantil. Isso ficou na década de 1970. O que nós temos, hoje, é a rede infantil sendo a rede mais importante para a mudança da perspectiva de futuro da educação de cada uma das nossas crianças. Uma emenda que foi construída junto com as nossas escolas, uma emenda que tira de três secretarias um valor da área burocrática. Nós não estamos tirando de áreas afins. Nós estamos tirando de áreas burocráticas e garantindo que, sim, tenhamos professores na rede conveniada, na rede parceirizada. Hoje um professor da rede conveniada recebe R\$ 1,9 mil, ou seja, 80% das nossas crianças estão numa rede onde apenas 20% é formada em pedagogia, e ninguém é remunerado como pedagogo. Então, nós temos o aluno que vai na rede pública, e esse mesmo aluno que vem do CadÚnico, que é um aluno que precisa de uma vaga pública, ele vai para rede parceirizada e lá ele encontra um professor que faz a sua doação, porque, eu diria, quando ele não é remunerado de acordo com a sua profissão, ele faz a sua doação como profissional atendendo a demanda dessa criança. E nós precisamos que esse profissional seja o melhor pago no Brasil e que ele realmente esteja com a remuneração

de acordo com a sua demanda, que são os primeiros mil dias de vida desse aluno. Então, encaminho essa emenda favorável, foi construída junto com os vereadores da base do governo também, na Comissão de Finanças, na Comissão de Educação e com vereadores que também compactuaram com essa demanda da cidade. Sei que a orientação do governo é votar “não”. Não sabemos o quanto o governo estará disposto a aumentar o repasse da educação infantil. Nós sabemos que as palavras vêm, mas depois os fatos não acontecem. Faz três anos que nós temos a atual gestão, e atualmente nenhuma benefício de remuneração foi dado para a rede parceirizada, remunerando apenas com a inflação e, muitas vezes, abaixo da inflação. Eu gostaria de encaminhar aqui, voto “sim” para que a gente tenha garantido a remuneração condizente com a altura do trabalho de todas as nossas escolas parceirizadas no Município. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra pra encaminhar a votação da Emenda n° 865, destacada, ao PLE n° 035/23, pelo governo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadoras e vereadores; importante falar sobre essa emenda, porque hoje nós temos uma realocação de recursos no reajuste do repasse das escolas da rede parceirizada, na LOA, de R\$ 325.638.577,00. A Ver.^a Mari Pimentel sugere R\$ 14.955.000,00. Se nós aprovarmos isso, nós vamos estar reduzindo em 21% os recursos destinados ao pagamento dos estagiários e à realização de concursos de toda centralizada na subação de seleção e ingresso de pessoas; reduz em R\$ 3 milhões o recurso do plano de saúde da subação de atenção à saúde do servidor, que estava no patamar necessário para a nova contratação em fase final de licitação; e também, na RC proposta no projeto de lei, consta R\$ 1.954.872,00 acima do percentual previsto na LDO. Então nós não podemos aprovar esta emenda, porque nós vamos estar tirando de outras pastas importantes para a nossa cidade. A nossa orientação enquanto governo é que nós rejeitemos a emenda. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng° Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 865, destacada, ao PLE n° 035/23.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Hamilton Sossmeier, eu venho aqui em nome da minha bancada, do Partido dos Trabalhadores, Ver. Cecchim, mas poderia dizer que também venho em nome da bancada do PDT, porque o PDT sempre foi um defensor histórico da educação; certamente falo em nome da bancada do PCdoB e do PSOL, que sempre defenderam os trabalhadores, a qualificação dos trabalhadores na educação. A emenda que a Ver.^a Mari propõe, se nós tivéssemos já somado com as emendas que a Ver.^a Biga propôs, não seriam R\$ 15 milhões que nós estaríamos discutindo, já seriam R\$ 18 milhões que nós estaríamos discutindo para

incrementar à educação infantil. Pois então, veja só, Ver.^a Cláudia Araújo, que me antecedeu: R\$ 325 milhões, se ela está propondo mais R\$ 15 milhões agora, isso significa um aumento de 4,5% na receita da educação infantil, e esse recurso está dirigido para qualificar o pagamento dos professores, dos educadores. Então, Ver. Adeli, estamos discutindo aqui a valorização da educação infantil e a qualificação dos professores, é isso que nós estamos debatendo. E aí, Ver. Cecchim, hoje pela manhã, eu assisti, assim como certamente muitos de vocês assistiram, às 6h, saiu como notícia nacional que o Brasil está em 72º lugar na qualidade educacional. Como é que a gente melhora a qualidade educacional? Auxiliando, qualificando os professores, remunerando bem os professores, pagando os professores, Ver. Mauro Pinheiro. Bom, nós temos uma rede de educação infantil que precisa ser aumentada, porque hoje temos 11 mil vagas na educação infantil que não são atendidas pelo poder público municipal, que é seu dever constitucional. Portanto uma emenda aqui, de qualquer vereador, de qualquer partido, que venha aqui para propor aumento para esses dois temas, para educação – educação infantil e saúde –, pode contar que nós, do Partido dos Trabalhadores, votaremos favoravelmente, e, certamente, nós, da oposição, porque educação e saúde são dois direitos fundamentais da população. Nesse caso específico, educação infantil é dever constitucional do Município cumprir e sanar a demanda. E a demanda, hoje, Ver. Robaina, nosso líder da oposição, é de 11 mil vagas faltando no Município de Porto Alegre, para acolher crianças de zero a seis anos. Essas crianças são filhos de quem? São filhos de trabalhadores e trabalhadoras da periferia, que não conseguem trabalhar porque não têm onde deixar as suas crianças. Bom, qualquer um aqui, vereador ou vereadora, que realmente olhe para a situação educacional e a necessidade desse tema, não tem como votar contra uma emenda com esta destinação, com esta disposição e qualidade. Em nome da educação, pelo cumprimento constitucional do Município de Porto Alegre de suprir as demandas da educação infantil, votaremos favoravelmente. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 865, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, volto a agradecer aos meus colegas de bancada; ao nosso líder, Ver. Pedro Ruas; à Ver.^a Fran Rodrigues; ao Ver. Roberto Robaina, por poder encaminhar esta emenda importante da relatora do orçamento, Ver.^a Mari Pimentel. A realocação de recursos para a área da educação é algo muito importante e, frente ao orçamento previsto para o ano que vem, aproximadamente R\$ 15 milhões, é pouco. Não é um montante tão significativo se nós analisarmos as projeções orçamentárias que o próprio Executivo mandou a esta Casa Legislativa. Vamos lembrar também que houve uma opção, no Município de Porto Alegre, histórica, de décadas, de parceirizar – eu prefiro o termo “terceirizar” –, mas o governo gosta de usar o termo “parceirizar” o atendimento na rede de educação infantil. A oferta de vagas é feita por mais de duas centenas de escolas parceirizadas com a

Secretaria Municipal de Educação. Boa parte dos educadores dessas escolas não recebem o mínimo constitucional. Vários trabalhadores são incluídos nas escolas como técnicos, como auxiliares e não como professores e professoras, cargo que estão efetivamente desempenhando. É necessário que haja suplementação desses salários, sim. Eu vou utilizar a complementação da fala do Ver. Eng^o Comassetto, que me antecedeu, que foi muito feliz, trazendo a análise do PISA, de 2022, em que o Brasil figura entre as últimas colocações do *ranking* internacional que mede o aproveitamento dos estudantes de todos os países – todos, não; são, se não me falha a memória, 85 países, e o Brasil está entre os países da lanterna. Isso é uma vergonha. Se quisermos efetivamente mudar a educação do Brasil, temos que começar pela base. É na base que se muda para que nós possamos almejar o aumento de posições. Aumento de posições, para mim, também é um dado estéril, o que vale é o aproveitamento das nossas crianças, o que lhes permitirá abrir horizontes. E, sim, senhoras e senhores, enquanto não houver valorização dos profissionais que atuam na educação, não vamos melhorar índices. A direita, quando vem a esta tribuna falar sobre educação, só fala em índices. Pois bem, vejamos as cinco primeiras notas do PISA de 2022: primeiro lugar, Singapura; segundo, Macau; terceiro, Taiwan; quarto, Hong Kong; quinto, Japão; e vou citar o sexto, Coreia do Sul. Todas essas nações valorizam significativamente a profissão dos professores e professoras – todos. Professores têm a mesma valorização que juízes, advogados, médicos. É assim que se melhora a educação; não comprando Chromebook e atirando dentro das escolas, não comprando livros didáticos com erros banais de tabuada, não comprando mesa digitalizadora, mesa criativa, que não funciona. Quer melhorar a educação no Município de Porto Alegre? Investe em quem atua em educação, nos professores, nas professoras, nos monitores, nas equipes que trabalham com as crianças, com os adolescentes, porque o resto é perfumaria, o resto é apoio. Quem faz a educação acontecer são os meus colegas e as minhas colegas que estão lá na periferia, atendendo essas crianças que, às vezes, não têm o que comer, mas têm um Chromebook na sua frente, que é subutilizado, que é totalmente desnecessário para a maior parte da sua rotina diária de estudos. Eventualmente, é importante; mas é perfumaria, é penduricalho, é gasto desnecessário. Valorizem os professores e as professoras.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 865, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente; estava lendo ali outros documentos, e acabei não percebendo que já estávamos no final da discussão. Essa é uma emenda interessante da Ver.^a Mari Pimentel, que destina em torno de R\$ 15 milhões para resolver um problema da educação infantil, que se discutiu durante todo esse período, e eu, como presidente da Comissão de Educação, junto com o Ver. Giovani Culau, o Ver. Jonas Reis, o Ver. Giovane Byl e o Ver. Gilson Padeiro, tivemos, pelo menos, três reuniões para discutir esse tema na comissão. Nós temos hoje, nas

escolas infantis parceirizadas, conforme foi dito aqui pelos vereadores que me antecederam, 215 escolas, mais de 2 mil técnicas que trabalham como professoras e que têm formação, e a gente nota o avanço das escolas infantis parceirizadas ao longo dos anos. Isso é algo que se iniciou lá nos anos 1990, então são mais de duas décadas em que existe a parceirização, não é algo deste governo, mas esses profissionais foram se desenvolvendo ao longo do tempo e, hoje, a grande maioria, ou todas elas, tem uma formação e acabam recebendo como técnicas e não, como professoras. Inclusive, existe um movimento no CMDCA, o Professor Sim, Técnico Não, e nós fizemos várias reuniões com eles. Na segunda-feira, o CMDCA esteve aqui com várias profissionais, e nós conversamos com essas pessoas junto com o secretário adjunto e a Luciane, que é a assessora parlamentar da Prefeitura, da SMED. Fizemos uma reunião porque nós já conversamos tanto com o secretário da educação como com o prefeito municipal, que já são sensíveis à luta desses profissionais, e o prefeito já nos garantiu, junto com o secretário de educação, que existem recursos dos inativos aos quais a Prefeitura vai poder ter acesso por meio da Secretaria de Educação. Então, Ver.^a Mari, a Prefeitura vai utilizar esses recursos para poder pagar as técnicas e elas receberem como professoras. Já existe toda uma negociação do secretário de educação com o CMDCA e com esses profissionais de que vai ser parcelado em algumas vezes já a partir do ano de 2024. Vai ser feita uma reunião nos próximos dias entre a Prefeitura e o secretário para tratar de como vão ser pagos esses valores, mas a Prefeitura já tem de onde sair o recurso. O prefeito já está sensibilizado, já vai fazer esse aporte de recurso que já tem na Secretaria de Educação. Então o pedido do próprio prefeito e do secretário é que essa emenda não precisa ser votada, não precisa aprovar essa emenda, porque vai ser retirado o recurso de outro local, um recurso que já existe, que é dos inativos e que vai ser utilizado para completar esse valor que falta para repassar para as escolas. Então está bem adiantada a negociação, certamente vai ser resolvido. Nós tínhamos acordo aí dos vereadores das duas comissões, já tínhamos feito essa discussão, porque a gente sabe o quanto é necessário o recurso para que a gente possa implementar, e é uma ação justa desses profissionais do CMDCA. Mas, conforme falei, vou repetir de novo para que os vereadores possam prestar atenção, o prefeito já está sensibilizado, já existe o recurso na pasta, e vai ser nos próximos dias uma reunião com o secretário, talvez até com próprio prefeito, para combinar como vai ser a negociação para que o recurso chegue às escolas infantis a partir do ano de 2024. Então não há necessidade de aprovarmos essa emenda, não porque ela não seja necessária – necessária para os profissionais –, mas sim porque já existe o recurso de um outro local que está sendo alocado e não precisa estar no orçamento, porque já está na secretaria, que é o valor dos inativos. A gente pede aos vereadores, não porque sejamos contra os recursos, mas que votem contra a emenda pela não necessidade dessa emenda, que vai ser utilizado de uma outra rubrica. Muito obrigado aos vereadores. A gente vai votar contra e pede aos vereadores que votem contra, porque já está resolvido o problema com o nosso prefeito e com o secretário. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 865, destacada, ao PLE nº 035/23, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde. A nossa colega, Ver.^a Mari Pimentel, apresenta uma emenda que tem feito um diálogo com o CMDCA, como o Mauro acabou de falar aqui. Nós tínhamos a informação de que o governo estaria dialogando a respeito desse recurso, uma vez que esse recurso iria para complementação salarial dos educadores, professores, que na verdade têm um salário muito reduzido e há um certo reconhecimento de melhorar esse salário. Tem uma emenda da colega vereadora, temos a certeza que é de extrema importância o deslocamento desse recurso para reconhecimento da educação infantil da nossa querida cidade. Nós sabemos que o governo municipal tem dito que vai criar mais mil vagas, nós sabemos que o déficit ultrapassa dez mil vagas, já tem dados, inclusive, que são mais de onze mil vagas na educação infantil em Porto Alegre. O governo municipal tem que apressar o passo, essa é a grande verdade, mil vagas é muito pouco. Centenas de mulheres, de mães, hoje, são obrigadas a ficar em casa, cuidar seus filhos e não, enfim, entrar no mercado de trabalho. O custo de uma creche particular é muito elevado, e é preciso que o poder público trabalhe na direção dessas pessoas menos aquinhoadas, isto é, muitas desempregadas, a grande maioria, e outras ganhando até o salário mínimo. Nós precisamos que essas crianças estejam, sim, na escola, na educação infantil, porque ali temos a certeza de que estão sendo bem alimentadas. Esse recurso não é um recurso deslocado, esse recurso é um investimento. É como na área da saúde, educação, o governo tem que passar a ter uma sensibilidade diferenciada. A questão do investimento para a saúde, educação infantil, enfim, educação e assistência é um investimento para reduzir as desigualdades que muitos desses cidadãos que, no momento, estão desempregados e não têm acesso à possibilidade de uma creche particular, ou até na área da saúde ter um plano de saúde. Então nós continuaremos defendendo a emenda, embora o governo sinalize com esse recurso de uma outra rubrica, mas nós vamos continuar lutando para que todas as mães em Porto Alegre possam ter a possibilidade de colocar os seus filhos, até uma certa idade, na educação infantil, que é compromisso dos governos. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo e pela Ver.^a Comandante Nádia, a [Emenda nº 865](#), destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação a [Emenda nº 866](#), destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, Presidente Hamilton Sossmeier. O que nós vemos é que a educação está tomando conta do debate do orçamento, Ver.^a Biga. Por quê? No ano passado, em 2022, quando não tomou parte do orçamento, estampou as capas dos jornais com as escolhas aleatórias de materiais que até hoje estão sendo questionados. E o que a gente quer dizer aqui nas emendas, garantindo acesso à educação infantil, garantindo uma remuneração adequada ao professor da rede parceirizada, e, nessa emenda, um projeto que vem de autoria de outra parlamentar, de outros mandatos, mas que aqui nós buscamos estender para a educação infantil, é dar o acesso de ir e vir à escola para qualquer criança do Município, independente se ela pertence ao ensino fundamental, ou ao ensino médio. A grande questão da nossa cidade é que o direito de ir e vir e o acesso são um desafio para a camada mais pobre, um desafio para aquela mãe que tem que negar uma vaga porque não consegue levar o filho na escola. Muitas mães recebem a notícia de que conseguiram uma vaga na escola, mas essa escola fica a três, quatro quilômetros de distância da sua casa. Essa é a realidade da periferia da nossa cidade. E negar essa emenda é negar a realidade da nossa capital, uma capital que carece de 12 mil vagas de educação infantil, uma capital que a mãe tem que negar uma vaga pela dificuldade de ir e vir e levar o seu bebê para a escola. O que essa emenda quer garantir, e ela aloca, vereadores, do seu próprio sistema de transporte, o recurso. Então aqui não estamos tirando de outra área, sem ser do próprio sistema de transporte e o subsídio do transporte, o direito às nossas crianças de terem acesso à educação infantil. E essa é a perspectiva de que qualquer criança que tenha conseguido uma vaga na nossa rede consiga ir até a escola e que não seja mais um luxo. Eu falo luxo, porque hoje é um luxo conseguir levar o filho à escola, porque muitas vezes a vaga vem aonde a mãe não está. E essa é a realidade diante de uma capital que carece de 12 mil vagas de educação infantil e onde a gente sabe que a realidade da periferia, a realidade da vida de quem não tem acesso à mobilidade acaba batendo na cara e fechando as portas para quem mais precisa. Então encaminho o voto favorável, agradeço a todos vereadores que estão aqui e que ajudaram a compor essa emenda e eu tenho certeza de que nós estaremos no sensibilizando, porque, se temos o projeto de Vou à Escola que contempla a educação fundamental e o ensino médio, seria no mínimo virar as costas para uma camada muito importante das nossas crianças, negar para as nossas crianças da educação infantil o acesso ao Vou à Escola, ampliado. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 866, destacada, ao PLE nº 035/23, pelo governo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadores, vereadoras, esta emenda da Ver.^a Mari Pimentel de ampliação do programa Vou à Escola para a educação infantil é realmente muito boa, porque a gente sabe da necessidade e da importância de os pais, como bem disse a Ver.^a Mari, terem acesso a

levar seus filhos, muitas vezes as escolas não são próximas, e os pais realmente precisam. Porém, não existe uma autorização legal para subsidiar a passagem na educação infantil. Então isso tem que ser feito um projeto de lei, vindo do Executivo, para que a gente possa aprovar na Câmara de Vereadores, e aí sim a gente poder legitimar essa emenda dentro de uma lei orçamentária.

A [Lei nº 12.944](#), de 2021, aprovada nesta Casa, autoriza a isenção de tarifa para ensino fundamental, médio, técnico, profissionalizante, graduação, ou preparatório. Então, lamentavelmente, nós não podemos ser favoráveis a essa emenda e encaminhamos pela rejeição. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 866, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezados colegas vereadores e vereadoras, prezado Presidente Hamilton Sossmeier, voltamos a esta tribuna para o debate da educação; voltamos a essa tribuna para o debate referente a como nós podemos ajudar o Município de Porto Alegre a cumprir o seu papel constitucional de atender a demanda global da educação infantil de zero a seis anos na cidade de Porto Alegre, que hoje tem uma carência de no mínimo 11 mil vagas. A Ver.^a Mari falou em 12 mil vagas. É pouca coisa isso? Não! Não é pouca coisa. É muita coisa. Mas para aqueles que já estão na rede de educação infantil e do ensino fundamental existe um programa: Vou à Escola – e aproveito para fazer uma homenagem a nossa deputada Sofia Cavedon, porque foi criado quando ela era secretária de educação do Município de Porto Alegre. Então esse programa já existe há aproximadamente 30 anos na cidade de Porto Alegre, e ele vem aumentando, por que a rede aumentou? Não, ela vem diminuindo. As crianças, as famílias não conseguem o credenciamento no Vou à Escola – não conseguem. Eu acompanho de perto, porque, lá no Extremo-Sul do Município de Porto Alegre, prezada professora Beth, que aqui está, tem um ônibus que circula fazendo o Vou à Escola, um ônibus especial, porque não tem linha de ônibus que passe onde estão as escolas, vejam que falta de fundamento isso. Eu tive a oportunidade, ainda lá no ano de 2002, de ajudar a construir aquilo. As crianças, as famílias recebem o passe, o vale, a carteira para o Vou à Escola, e na educação infantil, Ver.^a Cláudia Araújo, as crianças não vão sozinhas, quem leva as crianças da educação infantil são os seus familiares, portanto é óbvio que o Vou à Escola da educação infantil tem que ser tratado de uma maneira diferenciada: é a carteira para a criança e é a carteira para o pai e para a mãe que levam e buscam essas crianças na escola. Nós sabemos que a maioria dessas crianças que vão à educação infantil, como é que eles chegam, Prof. Alex, o senhor, que é professor? Com os pais levando de carro, a pé, ou com as Kombi escolares, que tem muitas em Porto Alegre. Mas para aquelas famílias que se direciona a política municipal, que é para a baixa renda, as que não têm carro? E para aquelas famílias que estão distantes da unidade de educação infantil? Vão caminhar três, quatro quilômetros com a criança a pé ou carregando nos braços? É impossível. Portanto

a solução é um programa que já existe, fundado, Ver. Cecchim, pela Administração Popular do Partido dos Trabalhadores, quando a ex-vereadora Sofia Cavedon era secretária municipal de educação, e que persiste até hoje, porque é um bom programa. Agora nós precisamos ir qualificando e estendendo o programa, e a emenda proposta aqui é destinar o Vou à Escola também para a educação infantil. Volto a dizer, para concluir a minha fala, que as emendas que estão sendo propostas são para qualificar o sistema educacional, neste caso, a educação infantil, e ajudar que o Município cumpra o seu papel constitucional, que não está cumprindo, que é atender 100% das vagas de crianças de zero a seis anos no Município de Porto Alegre. Hoje Porto Alegre tem uma carência de 11 mil vagas não atendidas. Meu prezado e querido colega, Ver. Idenir Cecchim, discordamos muito, mas temos que ter aqui o debate sincero. Queremos ajudar o Município a cumprir o seu papel constitucional. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 866, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, mais uma vez volto à tribuna tentando conscientizar colegas vereadores e vereadoras, de diferentes espectros ideológicos, de que algumas emendas precisam ser aprovadas. Essa é mais uma das emendas. É necessário que nós possibilitemos a ampliação de programas que permitam que nossas crianças cheguem até os espaços escolares. E eu falo isso de forma categórica e contundente, porque este governo, com o apoio desta Casa Legislativa, inviabilizou o meio passe estudantil para a gurizada desta cidade. A alegação é de que algumas crianças, alguns adolescentes, de acordo com renda familiar, poderiam auferir até 100% de gratuidade. Sim, poucas crianças, poucos adolescentes, porque é preciso uma série de documentos que comprovem que a família não é só pobre, é miserável para receber 100% de gratuidade no passe escolar. Antigamente, por várias e várias gestões, existia um meio passe estudantil, e os nossos estudantes de toda cidade, de todas as escolas, universidades faziam a carteirinha e pagavam metade da passagem, 50%. Se a Prefeitura se preocupasse realmente em conceder gratuidade aos estudantes de baixa renda, que o fizesse, mas não cerceasse o direito de ir à escola, por aquelas famílias que têm uma condição socioeconômica um pouco melhor, que não chegam a passar fome, mas que infelizmente as crianças e os adolescentes estão deixando de ir para suas escolas, de concluir os seus estudos. Eu não sei em que mundo paralelo algumas pessoas desta cidade vivem que não conseguem perceber. Senhoras e senhores, em boa parte das nossas escolas estaduais, as turmas não chegam a 50% de frequência das turmas de 1º, 2º, 3º anos, a gurizada não está conseguindo concluir o seu ano letivo, porque não tem dinheiro, na família, para comer, quanto mais que sobre para pagar deslocamento à escola. Sinceramente, se eu fosse um pai e que estivesse nessas condições, obviamente daria preferência a alimentar os meus filhos. É duro dizer isso, mas fazer uma escolha entre garantir alimentação básica para

sua família e abrir mão de escolarização, a vida vem em primeiro lugar, mas a gente não pode relegar o direito à educação para os nossos jovens, para as nossas crianças. E, depois, sobem a esta tribuna falando em meritocracia, falando que a escola pública é horrível; que a escola pública tem grandes problemas; que os níveis de aprendizagem, de aproveitamento são inferiores àquilo que se espera. É óbvio, como vai ter um bom desempenho quem não consegue ir até a escola? Isso é terrível, é uma realidade dura, mas que, obviamente, não é conhecida por boa parte dos vereadores e vereadoras daqui, do Município de Porto Alegre, porque legislam, decidem sobre as suas bolhas, e as bolhas do Moinhos de Vento, do bairro Três Figueiras. Obviamente não conhecem a realidade da gurizada da Bonja, da Restinga, da Lomba do Pinheiro, do Rubem Berta, ali é a Porto Alegre da maioria da população. E os nossos jovens precisam ter acesso à educação, não apenas com matrícula efetivada, mas com garantia de poder ir às escolas. Portanto, peço o apoio dos vereadores e vereadoras na aprovação da Emenda nº 866.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, por solicitação da Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 866, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA**, por 11 votos **SIM**, 17 votos **NÃO**.

Em votação a [Emenda nº 867](#), destacada, ao PLE nº 035/23, (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a matéria, como autora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Presidente, colegas vereadores, principalmente o pessoal das Ilhas que nos acompanha aqui, que estão já, há duas sessões, sentados aqui para garantir o seu direito, sua dignidade. Os moradores, a comunidade da ilha que vive uma dura realidade, uma realidade a que, muitas vezes, Porto Alegre deu as costas; uma realidade de 3,5 quilômetros, da nossa Ilha Grande dos Marinheiros, onde a realidade não é asfalto, não é drenagem, não é acesso, não é ônibus. A realidade de quem acorda 5h da manhã para caminhar 3,5 quilômetros para chegar até a faixa onde tem asfalto, onde tem o sistema de transporte. E aqui nós fazemos um realocação dentro do orçamento construída com todos os vereadores que estiveram lá, vereadores que se sensibilizam pela pauta, que entendem a necessidade dessa região da cidade que carece de um olhar. Por que carece de um olhar, Ver.^a Lourdes Sprenger? Porque nós vemos que o Moinhos de Vento teve pavimentação; Petrópolis também teve pavimentação. E as ilhas tiveram pavimentação? Não tiveram pavimentação. Por que será? E hoje nós queremos apenas garantir, no orçamento da mesma secretaria que garante pavimentação nos bairros nobres da cidade, R\$ 5 milhões. Não são orçamentos milionários – R\$ 5 milhões diante de um orçamento de R\$ 11 bilhões para garantir a dignidade de ir e vir da nossa comunidade da Ilha Grande. Para que aquela mãe consiga ter acesso, que deixa o seu filho lá no projeto social consiga voltar. Para que aquele trabalhador consiga ter acesso, e, quem sabe, a gente ter o ônibus e, quem sabe, o ônibus realmente ir até o Centro Marista. É essa a realidade. Quando o prefeito vai lá e inaugura 700 metros de pavimentação é um tapa na cara da sociedade diante de um R\$ 11 bilhões de orçamento, diante da pavimentação de regiões nobres e escolhas que são feitas no dia

a dia, que fecham os olhos para a região das Ilhas. E hoje nós trouxemos esta emenda, e reforço: construída com todos vocês, porque não fui só eu que estive lá, nós temos inúmeros vereadores que estão lá nas Ilhas e que construíram junto essa emenda. Então o “sim” a esta emenda é um sim ao acesso, é um sim a todo mundo que esteve durante todos esses anos sem políticas públicas, sem ter um olhar direcionado. Por isso, eu encaminho o voto e gostaria de reforçar que vem da mesma secretaria de que sai o orçamento para qualquer outro bairro de Porto Alegre, que já tem sua demanda atendida e que só está tendo uma perfumaria. A gente quer apenas dignidade para a nossa população da Ilha Grande. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 867, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, eu gostaria de apelar para a base do governo votar favoravelmente a essa emenda. Todas as emendas que foram apresentadas aqui foram derrotadas. Todas! Então, o governo vai aprovar o orçamento tal qual propôs originalmente, sem nenhuma modificação, mas eu acho que seria muito sintomático, simbólico se o governo aprovasse essa emenda.. Vou dizer por que, líder do governo Cecchim, nós sabemos que o governo tem maioria na Câmara dos Vereadores, então, se o governo tem maioria na Câmara dos Vereadores e mantém sua base coesa, nada é aprovado que não seja de acordo com o governo. Eu faço esse apelo para que o governo vote a favor dessa emenda, porque eu acho que nós estamos falando de uma emenda que favorece, de modo muito pequeno, uma parte muito pequena de uma região brutalmente afetada pela tragédia das enchentes, pelo descaso do poder público, pelo abandono. É a região mais pobre da cidade de Porto Alegre; é uma região sofrida. O padre Rudimar, que estava aqui na segunda-feira, não pôde vir, quando teve as enchentes, foi reconhecido como a pessoa que mais trabalhou a favor das pessoas que estavam sendo vítimas daquela situação, abandonadas. O padre Rudimar estava aqui, organizou uma certa mobilização para garantir a aprovação dessa emenda. Então, essa emenda não é da Mari Pimentel, não do X, Y ou Z, não é de um vereador; é uma emenda que responde ao interesse básico de uma comunidade que está sendo desrespeitada. Até agora, o valor de R\$ 3 mil que foi votado pela Câmara, Presidente Hamilton, no dia 28 de setembro... Nós votamos os R\$ 3 mil para uma enchente que ocorreu em setembro e depois disso teve uma enchente ainda pior. As pessoas que tinham perdido quase tudo em setembro perderam tudo na enchente de novembro. Então, eu creio que os R\$ 5 milhões destinados para o pagamento da pavimentação da Rua Nossa Senhora Aparecida, na Ilha dos Marinheiros, é uma emenda simbólica, que mostra o interesse mínimo da Câmara de Vereadores por essa comunidade. Por isso, eu faço esse apelo, eu acho que foi o único setor, vejam só, tem pouca gente aqui agora, não sei se o pessoal que está aqui é da Ilha dos Marinheiros... São todos da Ilha dos Marinheiros. Ontem, Ver.^a Mari Pimentel, o pessoal da Ilha das Flores teve que fazer um trançaço na BR porque eles seguem

abandonados. Nós vamos ver nessa votação, simbolicamente falando, os vereadores e vereadoras que realmente se preocupam, nem que seja um pouco, pela situação das pessoas que moram nas regiões mais desassistidas da cidade de Porto Alegre. Eu sei que o governo tem condições de votar isso, tem condições de atender esse programa. E eu estou fazendo esse apelo porque sei que é o governo que decide. Embora nós estejamos na Câmara de Vereadores, é o governo que decide, porque o governo tem a sua base parlamentar coesa, e se a base do governo votar contra, nós vamos perder. Mas não somos nós, não é eu, não é a Mari, não é Abigail, que vamos perder; é a população de Porto Alegre e a população da região das ilhas. Por isso, eu peço o apoio para essa emenda.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 867, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton, nobres vereadores e vereadoras. quando o orçamento apresentado pelo governo chegou a esta Casa, nós tivemos a oportunidade de discuti-lo em uma reunião da CEFOR, da qual eu participo, sou vice-presidente da Ver.^a Mari Pimentel. Lá, eu perguntei, várias vezes, ao secretário da Fazenda onde estavam os programas, porque nós não enxergávamos na peça orçamentária onde estavam as políticas para a nossa população de periferia, para as nossas crianças, e ele me disse: estão aí, é genérica, mas estão aí. Hoje eu me dirigi neste plenário, que tem hoje mais pessoas do Executivo do que do próprio Legislativo, eu fui perguntar ao secretário Cassio e eu disse a ele: Cassio, se trata de recursos parcos que nós estamos aqui propondo na questão da dignidade menstrual. Por que vocês não podem aprovar? E ele me rebateu ironicamente de que eu havia falado que esse orçamento era uma peça de ficção, portanto não tinha por que ele orientar a sua base em votar favoravelmente. A Ver.^a Cláudia Araújo, ao usar deste microfone, disse, respondendo à Ver.^a Mari, que, se ela quisesse que aquele valor fosse aplicado, era para ela apresentar um programa, apresentar um projeto, porque, senão, não tem como valer. Pois bem, o que são essas emendas apresentadas se não é grafar um programa, oferecer esse programa, porque, se não tiver assim no orçamento, é ficção, secretário Cassio, porque não identifica. No orçamento há valores grandes, mas não diz para quê. Quando nós estivemos lá na Ilha Grande dos Marinheiros, fazendo uma reunião da CEFOR, vocês são testemunhas de que lá esse debate sobre a pavimentação da principal rua da Ilha Grande, Nossa Senhora Aparecida, que, se ali acontecer um incêndio, um sinistro, se alguém ficar mal, não entra uma ambulância, não entra o carro de bombeiros. Mas que desumanidade nós estamos presenciando hoje aqui! Que absurdo! Gente, chega a ser surreal, nós apresentarmos todos os argumentos para a base do governo, e eles fazerem ouvidos moucos e rejeitarem qualquer emenda que seja para contemplar a população. O Arquipélago inteiro sempre sofreu e nunca teve ajuda de governos; sofre com enchentes, agora essa situação climática, ciclone após ciclone, e a ajuda não chega. Eu sei que nós incomodamos o governo aqui, nós somos só 12, mas, na verdade, eles queriam que não houvesse oposição.

Não precisava nem ter mandado a peça para cá, não precisava, era isso que eles gostariam, mas nós temos este microfone para fazer eco às vozes de vocês, que estão aqui representando toda aquela comunidade. Por isso, Ver. Robaina, Ver.^a Mari, o nosso esforço em apresentar essas emendas, que na CEFOR nós discutimos, vão ser conjuntas, vamos apresentar, é exatamente para termos um programa, um projeto que contemple a nossa população tão necessitada, e vocês estão assistindo eles rejeitarem uma após outra. Guardem bem essa situação do dia de hoje, é uma derrota para o nosso povo, não é minha, como disse o Robaina, não é de nenhum de nós, vereadores da oposição, a derrota é do nosso povo, que precisa do poder Executivo e que hoje dá as costas mais uma vez a todos vocês. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 867, destacada, ao PLE nº 035/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero aqui desmistificar essa questão da Emenda nº 867, realocação de recursos para a SMOI, para pavimentação da principal Rua Nossa Senhora Aparecida, Arquipélago, das Ilhas. Quero informar, porque eu também já fui um vereador novo nesta Casa, depois tive o privilégio de ser secretário de Obras, que todo projeto tem que existir. Vocês são merecedores de uma grande obra lá, como na cidade tem vários em que OP tem que atuar mais, ser mais definido na região. Quando fui vereador aqui pelas primeiras vezes, colocava, Pablo, uma emenda para a Av. Vicente Monteggia; aí chegaram para mim, e eu era inexperiente: “Olha, para ter uma emenda dessa natureza tem que ter projeto.”

(Aparte antirregimental da Ver.^a Biga Pereira.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não, eu tenho informação, a Prefeitura me passou ali, que não existe projeto dessa obra, da futura obra. Então, a gente tem que desmistificar, senão ficam iludindo vocês, e não é isso que nós queremos; o mérito é bom, pode até acontecer no futuro. E a Ver.^a Biga disse uma coisa, que todos os governos que passaram não fizeram!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Biga Pereira.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Olha, estou ouvindo ela, estou ouvindo, está certo; pois é, todos governo não fizeram. Um, quem sabe, um dia vai fazer, mas primeiro tem que ter projeto. Se não tiver projeto não adianta nada. Eu gostaria de ser, futuramente, Ver. Cecchim, o relator. Eu coloco lá... A soma das emendas da Mari dá R\$ 24 milhões; nós temos em torno de R\$ 1,7 milhão para as emendas impositivas. Imagina se cada vereador fosse lá e colocasse R\$ 24 milhões, cada um de nós, no

orçamento. Bom, se nós queremos colocar R\$ 24 milhões, temos que ser prefeito, temos que ser prefeito! Então, desculpe-me, Ver.^a Mari, é muito bom falar aqui, mas não existe... As suas emendas... Eu acho que a senhora já colocou em outras entidades, em torno de...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não, encaminhamento. Então, quero dizer que Vossa Senhoria tinha que colocar as emendas, e eu acho que a senhora colocou, usou todas; as minhas, todas foram aprovadas. Eu acredito que a da Ver.^a Mari foi, mas ela não se preocupou em atender esse pessoal, passou para outro, ou seja, somando R\$ 1,7 milhão, mais ou menos, que nós temos de emendas, mais os 24, aí, imagina se todo vereador tivesse isso, Cecchim? Eu ficaria muito feliz, eu ficaria muito feliz, mas a Ver.^a Mari era relatora, puxou tudo para ela, vetou alguns dos outros e quer somar R\$ 1,7 milhão das nossas emendas impositivas – muitos em casa não entendem o que são, são emendas que nós temos prerrogativa para colocar no orçamento para o ano que vem, mas destinadas a áreas públicas e privadas, quando tem convênio com a Prefeitura. Creche, escolas, todos eles nós estamos ajudando. Todos ajudam aqui. Então, a gente tem que ter cuidado, não podemos pegar o orçamento para nós e colocar tudo para um só. Antes, nós não tínhamos esse orçamento e essas emendas impositivas. Então a Ver.^a Mari, de uma hora para outra, virou a maior defensora da educação em Porto Alegre. Eu fui a uma creche em que ela disse que esteve e perguntei: “A Ver.^a Mari esteve aqui?” “Não, ela nunca esteve aqui.” Ela já andava cercando, como diz a gíria. Ela já andava cercando. Claro que todos nós queremos nos identificar com a saúde, com a educação, com a segurança, esse trinômio tão importante para os governantes – saúde, educação e segurança. A ordem muda de acordo com o tempo. Naturalmente, Presidente, para encerrar, eu quero terminar mais ou menos como comecei, não tem projeto, não tem como botar dinheiro. Isso aconteceu comigo, eu era inexperiente naquela época e achava que, tendo dinheiro, estava feito o projeto. Não é. Na outra, eu vou gostaria de me candidatar a relator para que eu possa botar bastante emenda minha: 14, 15, 20 emendas. Foi assim que a Ver.^a Mari entendeu, como relatora. Aí fica difícil.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 867, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 868, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Volto à tribuna, realmente, vendo a triste notícia que todas as emendas estão sendo rejeitadas, emendas sobre as quais fui atacada, sou atacada diariamente, mas que foram construídas com muitos vereadores, Ver. Cassiá. Não são emendas da Ver.^a Mari Pimentel, outros vereadores também apoiaram essas emendas. O senhor me viu votar sozinha em alguma dessas emendas?

Não. Então entenda que, quando a gente constrói com vereadores, todos subimos aqui e buscamos o asfalto para as ilhas, não foi só a Ver.^a Mari Pimentel; acesso à educação infantil, não é só a Ver.^a Mari Pimentel. Então esse ataque pessoal – e eu entendo o seu comprometimento com o prefeito e com o Executivo – é pequeno diante da grandeza que este Parlamento deveria ter ao discutir o orçamento, porque, se este Parlamento gosta de discutir assuntos inconstitucionais, gosta de discutir o que está acontecendo em Brasília, falta vontade de discutir Porto Alegre, e Porto Alegre será discutida nas eleições seja para o Executivo, seja para o Legislativo. Os mesmos vereadores que negaram as emendas hoje estarão nas eleições do ano que vem falando do debate do Lula e do Bolsonaro, ou falando que lutaram por Porto Alegre, ou abrindo a vontade de falar por Porto Alegre? É isso que a gente não viu hoje no debate sobre a cidade. Nós vimos vereadores da base do governo acuados para debater sobre Porto Alegre, e é isso que nós deveríamos estar fazendo hoje em um orçamento que foi, sim, emendado, mas que todas as emendas foram negadas. O orçamento foi emendado por comissões, não foi por uma vereadora. As reuniões que foram feitas para aumentar o valor do repasse da sua rede parceirizada foram feitas por no mínimo oito vereadores, não por uma vereadora. E foi debatido aqui. A emenda da pavimentação e da infraestrutura nas Ilhas foi feita também por mais sete vereadores, e não por uma vereadora. Então, esses ataques pessoais diminuem a grandeza que deveria ter este Parlamento de votar sobre Porto Alegre e diminuem também cada um dos vereadores que se apequenam diante desse debate. Sobre o orçamento, é a decisão do governo tirar das políticas públicas e colocar em áreas que ele considera melhor. Criar a secretaria de inovação e criar cargos de confiança para acomodar partidos da base para eleição é decisão do prefeito. Mas há pequenos vereadores que não vêm aqui debater o orçamento, porque, ao tomar essa decisão de aumentar o salário dos fazendários, se diminui o acesso à educação infantil; ao aumentar o número de secretarias, se diminui o acesso às pessoas das Ilhas ao centro Marista e o direito de ir e vir nas Ilhas. Então, a dignidade é tirada pelas decisões do dia a dia e isso é o tapa na cara que os vereadores não querem vir debater. Quando vem aqui à tribuna, gostam de falar da Mari Pimentel aqui, a Mari Pimentel lá, sobre a minha vida pessoal; e ninguém tem, no mínimo, a decência de vir aqui debater realmente Porto Alegre, independentemente de se é sobre o prefeito, mas é sobre o Parlamento, porque, se o orçamento vem para o Parlamento para ser votado, é para ser discutido. É competência deste Parlamento e da grandeza dos 1,5 milhão de habitantes que nos elegeram também debater o orçamento, senão não precisava vir para a Câmara de Vereadores, era só o prefeito fazer um decreto com o seu orçamento. Se vem para a Câmara de Vereadores, é para a participação dos vereadores, é para que a gente assuma essa projeção diante do diálogo da cidade. Então eu gostaria de reforçar que nessa emenda que eu estou aqui colocando, nós estamos colocando R\$ 1 milhão na Secretaria de Segurança para a Defesa Civil. Nós temos uma situação, que no ano passado, quando eu vim nessa mesma tribuna e voltei aqui e falei que tiraram R\$ 30 milhões da Segurança, as manchetes dos jornais mostravam que as nossas sinaleiras não funcionavam, cada dia por roubo de fios; tirou-se dinheiro da Segurança e se colocou em outras áreas. Agora eu volto novamente, a escolha de colocar R\$ 1 milhão, e não só R\$

38 mil na Defesa Civil, para que a gente consiga tirar as pessoas das ilhas quando tem um caso de calamidade, que a gente consiga agir nas comunidades, nas 130 comunidades que nós temos de risco, depende da Defesa Civil. Por isso encaminhando “sim” para emenda e gostaria que o próximo vereador que vier aqui discutir, que venha discutir realmente projetos da cidade e não me atacar de maneira pessoal. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (NOVO): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 868, destacada, ao PLCE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Registro a intenção da Ver.^a Comandante Nádia em votar contrariamente à Emenda nº 868.

Registro a intenção da Ver.^a Mônica Leal em votar contrariamente à Emenda nº 868.

Em votação a Emenda nº 869, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, só quero registrar que esta emenda é uma emenda que garante recursos para os mediadores culturais para atender a população migrante. Foi um projeto, Ver. Hamilton, de política municipal aprovado por unanimidade na Câmara dos Vereadores, foi feito um ato para sancionar o projeto pelo prefeito de Sebastião Melo no Paço Municipal, todas as entidades envolvidas na elaboração deste projeto foram convidadas para o evento, o prefeito Melo foi nos postos de saúde avisar a população que teria um fortalecimento do programa e a emenda trata disso, porque no orçamento não consta os recursos necessários, aliás, os recursos imprescindíveis e mínimos para garantir os mediadores culturais. Então, votar uma política municipal de apoio aos migrantes, aos apátridas, aos perseguidos, ter 35 mil pessoas que estão nessa condição vivendo na cidade de Porto Alegre e o orçamento público não prevê sequer os recursos para contratação desses mediadores culturais, realmente é tentar fazer com que uma política pública caia no vazio e não beneficie aqueles para os quais ela se propôs a beneficiar. Essa é a emenda, eu creio que é uma emenda básica, um direito básico, e a Câmara dos Vereadores deveria aprovar. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 869, destacada, ao PLE nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 035/23 com emendas e Subemendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas e a Mensagem Retificativa (Emendas nº 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82,

83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 626, 627, 628, 629, 630, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 672, 673, 674, 679, 680, 682, 683, 688, 689, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 862, 864, e as subemendas nº 1 à emenda 9, nº 1 à Emenda 10, nº 2 à Emenda 11, nº 1 à Emenda 12, nº 2 à Emenda 13, nº 1 à Emenda 14, nº 1 à Emenda 17,

nº 2 à Emenda 18, nº 1 à Emenda 20, nº 1 à Emenda 21, nº 1 à Emenda 22, nº 1 à Emenda 23, nº 1 à Emenda 39, nº 1 à Emenda 40, nº 1 à Emenda 47, nº 2 à Emenda 49, nº 1 à Emenda 52, nº 1 à Emenda 53, nº 1 à Emenda 61, nº 1 à Emenda 70, nº 1 à Emenda 74, nº 1 à Emenda 78, nº 1 à Emenda 96, nº 1 à Emenda 108, nº 2 à Emenda 117, nº 1 à Emenda 120, nº 1 à Emenda 133, nº 4 à Emenda 136, nº 2 à Emenda 142, nº 1 à Emenda 184, nº 1 à Emenda 185, nº 2 à Emenda 194, nº 1 à Emenda 201, nº 1 à Emenda 206, nº 1 à Emenda 214, nº 2 à Emenda 234, nº 1 à Emenda 241, nº 5 à Emenda 242, nº 2 à Emenda 254, nº 1 à Emenda 257, nº 1 à Emenda 273, nº 1 à Emenda 294, nº 1 à Emenda 295, nº 1 à Emenda 306, nº 1 à Emenda 327, nº 1 à Emenda 338, nº 1 à Emenda 354, nº 2 à Emenda 365, nº 1 à Emenda 377, nº 2 à Emenda 384, nº 1 à Emenda 390, nº 1 à Emenda 393, nº 1 à Emenda 394, nº 2 à Emenda 397, nº 1 à Emenda 402, nº 1 à Emenda 403, nº 1 à Emenda 404, nº 1 à Emenda 405, nº 1 à Emenda 437, nº 1 à Emenda 449, nº 1 à Emenda 468, nº 1 à Emenda 481, nº 1 à Emenda 486, nº 1 à Emenda 493, nº 1 à Emenda 496, nº 1 à Emenda 518, nº 1 à Emenda 522, nº 2 à Emenda 524, nº 1 à Emenda 529, nº 1 à Emenda 531, nº 1 à Emenda 542, nº 3 à Emenda 558, nº 1 à Emenda 563, nº 1 à Emenda 572, nº 1 à Emenda 582, nº 1 à Emenda 587, nº 1 à Emenda 593, nº 1 à Emenda 640, nº 1 à Emenda 643, nº 1 à Emenda 666, nº 1 à Emenda 688, nº 1 à Emenda 704, nº 1 à Emenda 705, nº 1 à Emenda 706, nº 1 à Emenda 728, nº 1 à Emenda 732, nº 1 à Emenda 744, nº 1 à Emenda 746, nº 1 à Emenda 749, nº 1 à Emenda 776, nº 1 à Emenda 777, nº 1 à Emenda 779, nº 1 à Emenda 781, nºs 1 e 2 à Emenda 822, nº 1 à Emenda 835, nº 1 à Emenda 836, nº 1 à Emenda 838, nº 1 à Emenda 843, nº 1 à Emenda 845, nº 1 à Emenda 846, nº 1 à Emenda 847, nºs 1 e 2 à Emenda 848, nº 1 à Emenda 849, nºs 1 e 2 à Emenda 850, nº 1 à Emenda 851, nº 1 à Emenda 852, nº 1 à Emenda 853, nº 1 à Emenda 854 e nº 1 à Emenda 857).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estamos votando agora o projeto da LOA, as emendas aprovadas na CEFOR e a Mensagem Retificativa encaminhada pelo Sr. Prefeito num bloco único determinado regimentalmente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Até para elogiar o trabalho da relatora, eu quero votar mesmo nesse bloco, votar como um todo o relatório.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito, a relatora é a Ver.^a Mari Pimentel. A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 035/23 com Emendas e Subemendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas, como relatora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Bom, encerro aqui a votação do Orçamento e neste momento eu gostaria de agradecer então a participação de todas as

assessorias da equipe do planejamento que também auxiliou na construção desse Orçamento, as assessorias dos vereadores que conseguiram entregar com a melhor eficiência possível as emendas, nós aprovamos mais de 800 emendas, que serão aprovadas agora. Gostaria de deixar como ressalva e coloco aqui, Ver. Ferronato, que a gente busque cada vez mais ficar de maneira fidedigna a receita esperada para o Município. Nós vemos que tem espaço e foi um pouco colocada para baixo, então nós buscamos, cada vez mais, que a receita nos próximos orçamentos venha condizente com a projeção e que as sobras não estejam tão grandes no Orçamento. Gostaria de reforçar a necessidade de ampliar o debate do Orçamento e aqui nós vimos poucas emendas. No primeiro ano de governo houve muitas outras emendas e aqui houve poucas e pouco debate. Espero que o comprometimento do governo com a emenda que aumenta o repasse da rede parceirizada se consolide e que tenhamos todos essa vitória, independentemente de a emenda ter sido aprovada ou não, porque quem ganha com essa vitória, no Orçamento, são as nossas crianças, e a gente sabe que isso garante o futuro. Então termino a minha fala agradecendo a parceria de todos os vereadores que ajudaram a construir as emendas, que aprovaram as suas emendas e as assessorias aqui que também foram incansáveis em garantir um trabalho dentro do prazo e com a melhor lisura possível dentro do processo. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigada, Ver.^a Mari Pimentel, me somo ao Ver. Cecchim, parabenizando a relatora e os vereadores todos que se empenharam e as assessorias.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 035/23 com Emendas e Subemendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**, 10 votos **NÃO**. Como presidente não vota, registro minha intenção em votar favorável.

Vereador Adeli Sell (PT): Sr. Presidente, entrego a minha declaração de voto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passo ao nosso Diretor Legislativo para fazer o apregoamento das matérias.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): As emendas consideradas rejeitadas, na medida em que tiveram parecer contrário da CEFOR, e que não foram destacadas, são as seguintes: Emendas nºs 04, 07, 08, 16, 325, 326, 388, 455, 600, 601, 602, 604, 605, 606, 625, 631, 671, 675, 676, 677, 678, 681, 684, 685, 686, 687, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 738, 858, 859, 860, 861 e 863, e as Subemendas nºs 01 à Emenda nº 08, 01 e 03 à Emenda nº 11, 01 à Emenda nº 13, 01 à Emenda nº 49, 01 à Emenda nº 117, 01 à Emenda nº 136, 01 à Emenda nº 142, 01 à Emenda nº 234, 02 à Emenda nº 241, 01, 02, 03 e 04 à Emenda nº 242, 01 à Emenda nº 254, 01 à Emenda nº 384, 01 à Emenda nº 397, 01 e 02 à Emenda nº 457, 01 à Emenda

nº 524, todas ao PLE nº 035/23. Registramos ainda que as Emendas nºs 06, 58, 137, 274, 421, 702 e 730, e as Subemendas nºs 01 às Emendas nºs 02, 06, 18, 58, 194, 365 e 558, e as Subemendas nºs 02 às Emendas nºs 136 e 558, e a as Subemenda nº 03 à Emendas nº 136 foram retiradas de tramitação.

Sr. Presidente, temos na Mesa requerimentos de autoria do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Solicito o art. 110. Está aí o Requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos o requerimento, Sr. Presidente. Solicito que coloque em votação o requerimento de autoria do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, solicitando a urgência, art. 110 do Regimento para as seguintes proposições: PLCE nº 030/23, PLCE nº PLCE nº 027/23, PLCE nº 025/23, PLE nº 039/23, PLE nº 038/23 e PLCE nº 022/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Hamilton, foi muito rápida a leitura, eu gostaria de saber qual é o conteúdo desses projetos para que a gente possa... Senão é muito rápido. Pelo que eu entendi, é um pedido de urgência, não é?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Para vários projetos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos a ler as ementas, vereador, não há problema.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu digo isso porque, se for um pedido de urgência, dependendo do projeto, eu vou querer debater a urgência.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. (Procede à leitura das ementas.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, nós não damos acordo. Eu, na verdade, não dou acordo para nenhum projeto, nenhum pedido de urgência, e são vários que foram feitos. Portanto, é preciso discutir um por um, porque foi feito um bloco de pedidos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Foi feito um requerimento só.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Isso, no artigo 94, tem o requerimento que é a proposição verbal, escrita dirigida pelo vereador, à Mesa. E nós, na verdade, estamos vendo aqui que, por exemplo, que dependerá da deliberação do plenário, sem discussão, mas com encaminhamento o requerimento que solicitar a urgência e retirada de urgência. Então, são vários pedidos de urgência, eu acho que a gente tem que apreciar um por um, conhecer o pedido de urgência. De preferência, ver a argumentação do governo para que nós estejamos fazendo isso, e poder debater um por um. Obrigado, Presidente.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu queria fazer um apelo ao governo para que retire da priorização o PLCE nº 028/23; em retirando da priorização, vai para uma outra sessão, não vota hoje. Dá para nós fazermos uma votação muito significativa, com a retirada de três projetos, que votaríamos em outra sessão, em outro momento, e não na reunião conjunta. Inclusive, o projeto 21, o PLL nº 563/23 é muito polêmico também, ele é muito polêmico, inclusive é do colega Ver. Moisés Maluco do Bem, que permite o funcionamento de entidade destinadas à prática de treinamento de tiro esportivo, sem restrição de horários – lamentável isso. E o projeto do Ver. Jessé Sangalli, que está homenageando, vamos dizer assim, um jornal aqui que nós não temos acordo. Se o governo der acordo e retirar esses três projetos, não votar na reunião conjunta, nós damos acordo para a maioria. São 32 projetos de lei, nós votaríamos, em bloco, 29 projetos, uma coisa inédita, que teria acordo, porque a grande maioria são projetos de vereadores e alguns do governo, que, em tese, para a reunião conjunta, nós estamos dando autorização para tramitação, porque, depois, é a votação do projeto de lei. Eu acho que esse apelo é importante. Nós estamos resolvendo aqui uma sessão que pode durar quatro horas de debate. Muito obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, eu sugiro que nós possamos votar os que têm acordo, aí, depois, se discute os outros, mas é a maioria que tem acordo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h02min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (18h03min) Reabertos os trabalhos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente e Sr. Diretor Legislativo, fizemos um acordo para que, na reunião conjunta, retiremos o projeto

do Previmpa – que é o de nº 2. Com relação a todos os outros, votaremos, provavelmente, em bloco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sai o nº 2 da lista da reunião conjunta, que é o PLE nº 028/23, que trata do Previmpa. Esse está fora da reunião conjunta, então? Tem acordo? (Aqui escência dos líderes.) E os demais, podemos fazer em bloco? (Pausa.) Nós vamos ter que ler o número de todos aqui e colocamos em votação simbólica o bloco. Primeiro nós temos que votar o requerimento do art. 110.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto se vai ter algum encaminhamento no requerimento do Ver. Idenir Cecchim, nosso líder do governo? (Pausa.) Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Roberto Robaina (PSOL): É só o requerimento do bloco?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): É só requerimento do bloco.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): *Ok.*

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h06min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (18h07min) Estão reabertos os trabalhos. (Por acordo de líderes, a Ordem do Dia está encerrada.)

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1154/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 022/23, que altera o § 5º do art. 12, o § 2º do art. 16, o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 35, o § 4º do art. 36, o *caput*, os incs. I e II do art. 37, o parágrafo único do art. 42, o *caput* e o § 1º do art. 43; inclui o § 1º no art. 34, o § 7º no art. 36, os §§ 1º, 2º e 3º no art. 37, o § 2º

no art. 43; renumera o parágrafo único para § 1º no art. 43, todos da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, que estabelece normas para instalações hidrossanitárias e serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE); e revoga os arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 206, de 28 de dezembro de 1989. (SEI 118.00614/2023-60)

PROC. Nº 1175/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 023/23, que altera o § 11 do art. 20 e os subitens 7.02 e 7.05 da Tabela XII e revoga o item 3 da al. *a* do § 1º do art. 20 e o inc. I com suas alíneas, e o inc. II do § 11 do art. 20, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, para dispor acerca da base de cálculo dos serviços a que se refere o subitem 22.01, da revogação da receita presumida como preço do serviço, para os serviços enquadrados nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, e da redução das alíquotas dos serviços enquadrados nos subitens 7.02 e 7.05 para 2,5% até 31 de dezembro de 2038. (SEI 118.00622/2023-14)

PROC. Nº 1188/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 024/23, que altera o inc. XXXII e inclui o § 18 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, para dispor acerca da ampliação do polígono que estabelece área de isenção do IPTU, altera o inc. VIII do *caput* e inclui § 9º no art. 8º da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989, que institui e disciplina o Imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, para dispor acerca da ampliação do polígono que estabelece área de isenção do ITBI. (SEI 118.00630/2023-52)

PROC. Nº 1199/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 027/23, que altera o § 1º do art. 34, os §§ 11 e 12 do art. 37-A, o § 1º do art. 63, inclui os incs. I e II no § 12 e o § 13 no art. 37-A; e revoga o § 6º do art. 64, o art. 68; o § 2º do art. 87 e o art. 93, todos da Lei Complementar nº 478 de 26 de setembro de 2002 – que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre – e alterações posteriores. (SEI 118.00641/2023-32)

PROC. Nº 1200/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 028/23, que dispõe sobre a Estrutura do Departamento Municipal De Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa). (SEI 118.00643/2023-21)

PROC. Nº 1271/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 030/23, que cria o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Defesa Civil de Porto Alegre (DCPA) no Gabinete do Prefeito (GP) e dá outras providências. (SEI 118.00650/2023-23)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão suspensos os trabalhos para a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h08min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (18h21min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito que o PLL nº 042/23, de autoria do Ver. Alvoní Medina, seja o primeiro a ser votado na segunda-feira.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito que apresente na segunda-feira.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Deixo aqui o requerimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Para garantir, vereadora. A Ordem do Dia acabou.

O Ver. Matheus Xavier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS XAVIER (PSDB): Caros colegas vereadores, hoje, neste momento importante em que discutimos a LOA, eu quero aproveitar a oportunidade para compartilhar breves palavras. Como vereador, embora de forma breve, tem sido uma experiência incrível assumir como suplente. Mesmo nesse curto período de tempo, essa experiência tem me ensinado muito sobre o funcionamento desta Casa, sobre o funcionamento da nossa cidade e sobre as diversas demandas da nossa comunidade. Durante esse meu mandato, mesmo curto, trabalhei incansavelmente para representar as demandas do meu bairro Cristal e, ao mesmo tempo, aprender com cada um de vocês sobre questões importantes da nossa cidade. Embora eu esteja prestes a concluir o período como vereador, eu quero que saibam que continuarei como cidadão comprometido com o nosso Município, comprometido em buscar recursos para a nossa comunidade, para a nossa cidade e principalmente para as escolas municipais da nossa região e unidades de saúde da nossa cidade.

Fico muito feliz de hoje, um dia antes do aniversário do bairro Cristal, dia 07 de dezembro, poder estar nesta tribuna e anunciar que, graças ao apoio do deputado federal Daniel Trzeciak – o Daniel da TV – ontem, destinamos R\$ 380 mil em emenda parlamentar do deputado para duas escolas de Porto Alegre. O colégio Loureiro da Silva vai receber R\$ 300 mil, que serão destinados para reabrir o ginásio municipal da escola

que está há mais de cinco anos fechado e interditado. O colégio Aramy Silva vai receber R\$ 80 mil para investir no seu projeto, que é referência em Porto Alegre e campeão dos JERGS – Jovens Escolares do Rio Grande do Sul. O projeto de xadrez do professor Celso da escola Aramy Silva está recebendo investimento de R\$ 80 mil, via emenda parlamentar também. Então, vereadores, essa experiência de servir como vereador foi uma oportunidade única, e eu sou grato por ter tido essa chance e, novamente como fiz no meu discurso, agradecer ao Ver. Gilson Padeiro por ter essa oportunidade de servir como vereador e de estar me dedicando, comprometido com o futuro da nossa cidade. É uma alegria eu poder estar aqui hoje, fazendo parte dessa votação, deste momento que é a principal semana do Legislativo da nossa cidade. Eu fico muito feliz de estar aqui representando o nosso bairro e a nossa região. Hoje, durante a votação da LOA, lembramos da importância que as nossas decisões terão para o futuro da nossa cidade. Em 2025, como vereador, espero estar com vocês aqui, juntos, trabalhando para construir um Município cada vez melhor, mais inclusivo e próspero para todos. Muito obrigado por essa oportunidade e contem comigo como um aliado constante nessa jornada rumo ao futuro promissor da nossa cidade. Viva Porto Alegre! Muito obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Matheus Xavier, certamente V. Exa. estará aqui como titular em 2025, e os seus votos, nesta semana, foram muito importantes. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h27min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *